

15 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Projeção de Cármen Lúcia provoca

ciúme no Planalto

Estilo da presidente do STF também é alvo de ressalva

Protagonismo fez ministra ser vista como alternativa a Temer; Supremo diz que não comentaria as críticas

GUSTAVO URIBE
LETÍCIA CASADO
DE BRASÍLIA

O protagonismo da presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Cármen Lúcia, na negociação da dívida do Rio de Janeiro e na crise dos presídios tem criado um desconforto tanto no governo Michel Temer como entre colegas dela do Judiciário.

Assessores de Temer, por exemplo, destacam o perfil centralizador e de gestão executiva que a ministra tem adotado desde que assumiu o comando do Supremo, em setembro passado.

A presidente do STF tem evitado declarações públicas e entrevistas, optando por convocar reuniões com autoridades para tratar de assuntos de grande repercussão.

Na última terça (10) —em meio à crise no sistema prisional—, ela telefonou para o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, chamando-o para uma reunião em seu gabinete. A pedido dela, o encontro também contou com a participação do diretor-geral da PF, Leandro Daiello.

A conversa, não prevista na agenda, vazou pouco depois para a imprensa. A pessoas próximas, Cármen disse

entre colegas do Judiciário

que convidou os dois para discutir o relatório do sistema penitenciário.

Recentemente, a ministra concedeu liminares impedindo o bloqueio de R\$ 373 milhões das contas do governo do Rio em função de dívidas com o governo federal. A decisão irritou o ministro Henrique Meirelles (Fazenda), que viu no gesto um risco à política de ajuste fiscal.

A atitude dela foi vista pela cúpula do Planalto como uma interferência sobre uma questão de competência do governo federal.

Para arrefecer os ânimos, Temer se reuniu com a ministra no último dia 7, na casa dela em Brasília. Segundo assessores, ele teria sinalizado, com discrição, a necessidade de manter os limites entre os Poderes. Ou, nas palavras de duas autoridades ouvidas pela **Folha**, de manter “cada macaco no seu galho”.

PROJEÇÃO

Por trás da insatisfação do Palácio do Planalto, há um receio em relação à projeção da ministra. Nas palavras de um aliado de Temer, o governo sempre a viu com desconfiança porque parte da opinião pública a considera uma alternativa caso o peemedebista perca o mandato no processo de cassação da chapa de 2014 no TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

O julgamento sobre a campanha da ex-presidente Dilma Rousseff e Michel Temer deve ocorrer este semestre.

Já pessoas próximas à ministra afirmam que ela age de maneira discreta e que seu estilo lembra o do ministro Teori Zavascki, relator da Operação Lava Jato, avesso a entrevistas e holofotes.

O fato de ela ser arredia a entrevistas, inclusive, também desperta críticas. Seu silêncio diante da crise nos presídios incomodou alguns colegas do Judiciário. Ela não se manifestou publicamente desde que a crise eclodiu, nos primeiros dias do ano.

Chegou a ir a Manaus, onde ocorreu o primeiro massacre de presos, mas saiu de lá sem falar com a imprensa.

Como presidente do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), tem batido na tecla de realizar um censo carcerário, mecanismo visto como pouco eficaz pelos demais integrantes do colegiado.

A iniciativa também incomodou o governo, mas por outro motivo: o fato de ela sempre mencionar o IBGE e o Exército, vinculados ao Executivo, como braços auxiliares deste censo. A ministra iniciou a gestão anunciando visitas surpresas em presídios —três até agora—, mas ainda não apresentou medidas efetivas para nenhum deles.

CONTINUA

15 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A assessoria do STF informou que Cármen Lúcia não iria comentar as críticas que sofre nos bastidores.

A relação entre a presidente do Supremo e Temer vive altos e baixos desde que ela assumiu o posto.

Em outubro, quando Cármen Lúcia trocou farpas com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), sua reação chegou a ser considerada "exagerada" no Planalto. Em dezembro, contudo, reconquistou a simpatia do presidente ao participar do movimento que evitou que o STF afastasse o mesmo Renan do comando do Senado.

15 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

ELTO GASPARI

Cármem Lúcia, presidente

Havia um vazio em Brasília e ele foi ocupado pela ministra Cármem Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal. Pudera, está no Planalto o vice de uma governante deposta, cujo futuro depende de um julgamento do TSE. Do outro lado da praça, há um Senado presidido por Renan Calheiros e uma Câmara até há bem pouco tempo comandada por Eduardo Cunha.

Na teoria, a posição da ministra deriva de um rodízio gregoriano. Na prática, a mineira miúda e frugal sentou-se na cadeira com disposição para iniciativas audaciosas, cenografias batidas (depois do massacre do Compaj foi a Manaus e criou um grupo de trabalho), retórica bíblica (“Quem tem fome de justiça tem pressa”) e atitudes angelicais (no Dia da Criança recebeu um grupo de meninos e meninas carentes).

Em apenas cinco meses, Cármem Lúcia deu nova dimensão à presidência do tribunal. Ora com frases

A ministra do Supremo ocupou espaços vazios e, se o governo Temer explodir, ela poderá sucedê-lo

retumbantes: “Onde um juiz for destratado, eu também sou”. Ora com raciocínios cortantes: a questão não é se devemos bloquear celulares nos presídios, eles não podem é entrar.

Sua linguagem direta serviu para expor privilégios salariais de magistrados: “Além do teto, tem cobertura, puxadinho e sei lá mais o quê”. Piorando o estilo com pitadas de juridiquês, também disse o contrário: “Confundir problemas, inclusive os remuneratórios, que dispõem de meios de serem resolvidos, com o abatimento da condição legítima do juiz, é atuar contra a democracia, contra a cidadania que demanda justiça, contra o Brasil que lutamos por construir”.

Em outubro, a ministra recusou-se a participar de uma reunião com Temer no Planalto. Em janeiro, Temer foi à sua casa para discutir encenças. O maior sinal de que Cármem Lúcia ocupou um poder vacante esteve no caso da falência do Rio de Janeiro e no bloqueio de suas contas pelo governo federal. A decisão do ministro Henrique Meirelles estava amparada na santidade dos contratos. A ministra, no plantão do recesso, concedeu uma liminar suspendendo o bloqueio e tirando a bola de ferro do tornozelo do governador Pezão. Criado o impasse, Meirelles topou sentar para conversar e, aos poucos, os dois lados vêm cedendo. Podiam ter feito isso antes.

O desembaraço e a exposição conseguidos pela ministra seriam apenas um asterisco se o nome dela não estivesse na lista de prováveis candidatas a presidente da República. Numa eventual eleição indireta para substituir Temer, com certeza. Na disputa de 2018, talvez.

15 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

País lota presídios com réus primários

Presos sem antecedentes e não violentos superlotam cadeias; tráfico de drogas já representa 28% dos crimes

Falta de critérios claros para diferenciar traficantes de usuários facilitou condenações, avaliam especialistas

FERNANDA MENA
LEANDRO MACHADO
DE SÃO PAULO

Durou 15 minutos a audiência que condenou Felipe, 21, a um ano e oito meses de prisão por tráfico de drogas.

Únicas testemunhas, dois policiais militares responsáveis pela prisão em flagrante foram ouvidos por dois minutos cada um no Fórum Criminal da Barra Funda, em São Paulo. O réu, primário, falou por três minutos e negou o crime. Palavra contra palavra, sem investigação prévia nem produção de provas.

O caso de Felipe —seja ele culpado ou não— é um retrato da disfunção do sistema da Justiça criminal brasileira, que tem lotado penitenciárias do país com réus sem antecedentes criminais, não violentos e sem ligação aparente com facções criminosas.

Boa parte dos presos que entraram no sistema carcerário desde 2006 é enquadrada na Lei de Drogas, que endureceu penas para traficantes, mas retirou a punição de prisão para usuários.

A falta de critérios objetivos para diferenciar tráfico e uso pessoal, como a quantidade de drogas portada no ato do flagrante, colaborou para aumentar a proporção de presos por esse tipo de delito.

Em 2005, antes da lei, 14% dos crimes pelos quais os presos foram condenados ou acusados eram relacionados ao tráfico. Em 2014, esse número subiu para 28% —um incremento da ordem de 349% em números absolutos.

No mesmo período, entre 2005 e 2014, o número de homicídios aumentou 125% no país, fazendo do Brasil o triste recordista mundial em assassinatos, com quase 60 mil mortes em 2015. O percentual de condenações ou acusações por homicídio nos presídios, porém, caiu de 11% para 10%, mantendo-se estável ao longo de uma década.

Com isso, o instrumento da prisão não só tem baixo impacto na redução da violência, como tende, no médio prazo, a agravá-la.

Pesquisa do Núcleo de Estudos da Violência da USP de 2012 apontou que em 62% dos casos de flagrante por tráfico em São Paulo a pessoa era presa com menos de 100 gramas de droga; 80,6% dos detidos eram réus primários.

Estudo do CESeC (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania) indica quadro semelhante no Rio: dos acusados de tráfico em 2013, 80,6% eram réus primários e 92,5% não portavam arma de fogo no momento do flagrante.

“Ao colocarmos essas pessoas em presídios dominados por facções, estamos transformando infratores que não são perigosos em pessoas perigosas”, diz a socióloga e ex-diretora do Sistema Penitenciário

do Rio, Julita Lemgruber, do CESeC. “Como a violência dos presídios vai para as ruas, o crescimento de sua população é um investimento em nossa própria insegurança.”

“Lotamos o sistema com gente do varejo de drogas. Quem ocupa a alta hierarquia do tráfico está solto”, diz Luciana Boiteux, professora de direito criminal da UFRJ.

CONTINUA

15 JAN 2017

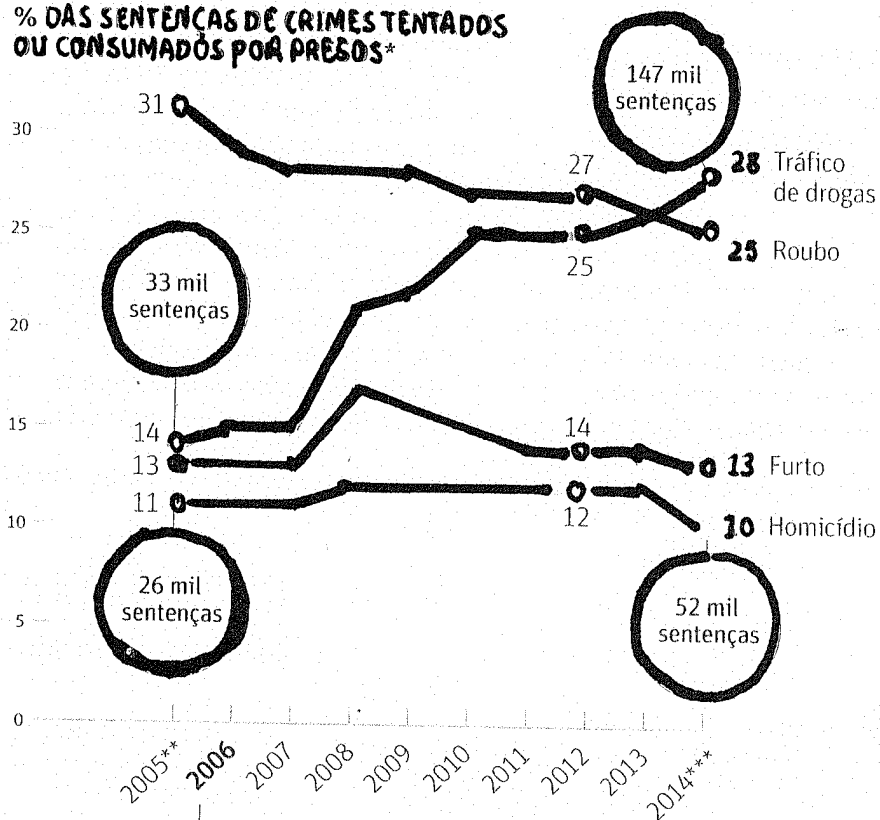
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

CAUSAS DO ENCARCERAMENTO

Lei de Drogas tornou tráfico o principal motivo de prisões no Brasil

% DAS SENTENÇAS DE CRIMES TENTADOS
OU CONSUMADOS POR PRESOS*



Lei de drogas

A legislação, que entrou em vigor em out.2006, endurece a punição para traficantes e proíbe a pena de privação de liberdade para usuários

Arbitrariedade

A lei não estabelece critérios objetivos para diferenciar uso e tráfico, como a quantidade de droga apreendida, abrindo espaço para critérios subjetivos

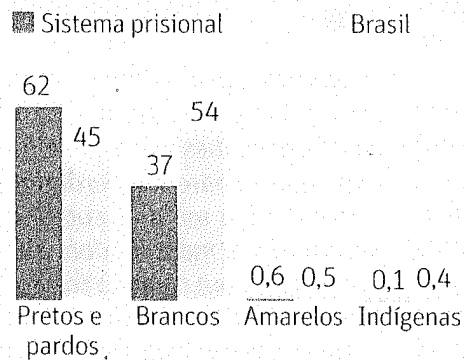
CONTINUA

15 JAN 2017

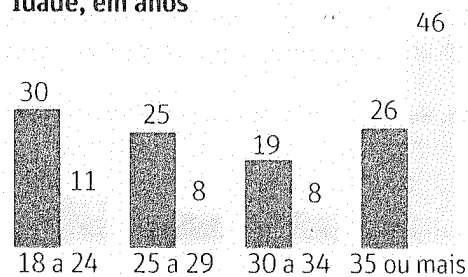
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

PERFIL DOS PRESOS, em % (2014)



Idade, em anos



55%
dos presos têm entre 18 e 29 anos; no Brasil, essa faixa etária corresponde a 19% da população

*Dados de dezembro, exceto os de 2013, que são de junho
**O índice de presos por tráfico pode variar de 9% a 14%, por causa de divergências nos dados do Infopen
***Considera o crime de associação para o tráfico
Fonte: Ministério da Justiça/Infopen

Escolaridade



CONTINUA

15 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Fala de policiais prevalece em condenações

O testemunho de policiais tem sido usado como principal e às vezes única prova para que alguém seja condenado por tráfico de drogas no país. Essa é a avaliação de defensores e especialistas em direito penal.

Com pouca investigação que produza provas e falta de critérios claros para diferenciar traficante de usuário, o depoimento de agentes policiais que efetuam prisões tem prevalecido em julgamentos.

Pesquisa do Núcleo de Estudos da Violência da USP, de 2012, apontou que 74% das prisões por tráfico em SP tinham como únicas testemunhas os policiais militares — que gozam de “fé pública”.

No Rio, o Tribunal de Justiça instituiu a Súmula 70, que autoriza juízes a condenarem réus baseados apenas no testemunho policial.

“Se a Justiça autoriza a condenação sem outras provas, o que a defesa pode fazer? Tentamos encontrar contradições nos depoimentos, mas fica difícil defender alguém”, diz Ricardo André de Souza, subcoordenador de defesa criminal da Defensoria do Rio.

Para Cristiano Maronna, vice-presidente Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), tem ocorrido uma “presunção de tráfico”.

“Não existem provas de que a pessoa seja traficante, mas se infere este crime a partir do local em que ela foi presa, de sua condição socioeconômica, do fato de ter ou não emprego formal, da quantidade de substância e, em especial, da palavra do policial sobre a destinação da droga”, diz.

O estudo da USP apontou que flagrantes de tráfico em São Paulo ocorrem nas ruas (82%), durante patrulha (62%), e que apenas 4% deles eram fruto de investigação.

Pesquisa do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania indica que 72% dos presos por tráfico no Rio de Janeiro em 2013 ficaram presos durante o processo.

Depois, apenas 45% deles foram condenados. Em mais de dois terços, os réus não tiveram testemunhas de defesa, apenas de acusação.

“O perfil majoritário do condenado por tráfico é esse: pobre, primário, preso com pouca droga. É o elo mais fraco na cadeia da produção e venda”, diz Vitore Maximiano, defensor público de SP e ex-secretário nacional de Políticas Sobre Drogas. (FM E LM)

15 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

O QUE ELE DISSE

ROGÉRIO ZAGALLO

*Pela carinha,
quando for
demitida
poderá fazer
faxina em casa.
Pago R\$ 50
a diária*

Promotor do Ministério Público de SP, em rede social, sobre a desembargadora Encarnação das Graças Salgado, que atua em Manaus (AM) e foi investigada por suposta ligação com a facção FDN (Família do Norte)



tiroteio

Quando facções têm influência suficiente para comandar presídios, é sinal de que o Estado democrático de Direito perdeu força.

DE JOSÉ GREGORI, ministro da Justiça de Fernando Henrique Cardoso, sobre a crise no sistema penitenciário, com mais de cem mortos neste início de 2017.

15 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Coiote flagrado pela Folha se passou por PF e teve caso analisado por Sergio Moro

Alexandre Silva, que há 1 semana ofereceu à reportagem travessia ilegal aos EUA, foi detido em 2013 usando distintivo falso de policial

FABIANO MAISONNAVE
DE MANAUS

Responsável por intermediar a arriscada travessia de barco de dezenas de imigrantes ilegais brasileiros aos EUA via Bahamas, o coiote Alexandre Soares da Silva já foi detido e condenado por se passar por policial federal.

A denúncia contra ele foi aceita em 2014 pelo até então pouco conhecido juiz federal Sergio Moro, de Curitiba.

No último domingo (8), a **Folha** revelou que Silva havia agenciado, no dia anterior, a viagem de seis imigrantes brasileiros de Nassau, a capital das Bahamas, até Miami, em percurso de 13 horas que envolveu uma troca de barco em alto mar.

À reportagem, que se identificou como interessado em cruzar para os EUA, Silva disse que a viagem custaria US\$ 12 mil (R\$ 38,6 mil), com o pagamento adiantado de metade do valor.

A conversa ocorreu no dia 6 de janeiro, véspera do embarque do grupo.

Para alguém que oferece um serviço caro e cheio de riscos, o currículo de Silva inspira pouca confiança, com passagens pela polícia no Brasil e nos EUA.

Em 27 julho de 2013, ele foi preso em Campina Grande do Sul (PR), na região metropolitana de Curitiba, durante uma viagem de ônibus interestadual. De acordo com o boletim de ocorrência da Polícia Rodoviária Federal (PRF), o motorista do ônibus prestou queixa de que Silva

havia mostrado um distintivo falso da PF para não pagar passagem e para comer de graça durante a parada num posto de gasolina da rodovia Régis Bittencourt (BR-116).

Depois de encontrar outros documentos falsificados, os policiais deram voz de prisão a Silva, levado à carceragem da Polícia Federal em Curitiba —à época, ainda não ocupada pelos presos da Operação Lava Jato.

No processo, não consta a informação de quanto tempo Silva passou ali.

Ao aceitar a denúncia contra Silva por estelionato, em dezembro de 2014, Moro escreveu que o réu “viajou de graça, buscou obter refeição gratuita e perturbou os passageiros do ônibus”.

O juiz, ainda em sua fase pré-Lava Jato, registrou também que, ao ser abordado pe-

la PRF, Silva se defendeu “dizendo aos policiais, in verbis, ‘eu sou da casa!’”.

Em agosto de 2015, a juíza federal substituta Gabriela Hardt condenou Silva a comparecer a cada dois meses à Comarca de Marataízes (ES), onde mora, e a pagar a quantia de R\$ 4.000 no prazo de um ano.

Em 18 de agosto do ano passado, ele foi ao cartório da cidade para dizer que havia desrespeitado o prazo por ter perdido o boleto.

Foi emitido um novo documento bancário, mas, até agora, ele não pagou a multa, segundo o acompanhamento processual do caso.

Nos Estados Unidos, Silva foi condenado por roubo pela Justiça da Flórida, em 1991. Em conversa com a reportagem, ele mesmo contou que passou dez meses em uma cadeia do Estado americano.

Por não estar envolvido no caso dos 12 brasileiros desaparecidos enquanto tentavam chegar aos EUA via Bahamas, ele ficou fora do radar da Operação Piratas do Caribe, da Polícia Federal.

Na sexta-feira (13), policiais prenderam três supostos coiotes que atuariam na rota das Bahamas e cumpriram cinco mandados de busca e apreensão. A operação ocorreu em Rondônia, Minas Gerais e Santa Catarina.

A reportagem da **Folha** deixou recados para Silva no número de telefone usado por ele nas Bahamas, mas não houve resposta. No processo, não consta o nome do advogado de defesa dele.

Reprodução



O coiote Alexandre Soares da Silva, em foto sem data

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

Boca de jacaré

15 JAN 2017

BRASÍLIA - Numa mensagem interceptada pela Polícia Federal, o doleiro Lúcio Funaro chama Geddel Vieira Lima de "boca de jacaré". É uma referência à gula que, de acordo com ele, o ex-ministro demonstrava nas negociações para liberar empréstimos da Caixa. "Esse cara acha que eu tenho uma impressora", reclama. Uma impressora de dinheiro, claro.

Na sexta-feira 13, a PF fez buscas em dois endereços de Geddel na Bahia. Os investigadores suspeitam que o ex-ministro beneficiou empresas e traficou informações sigilosas em troca de propina. Ele é acusado de integrar uma "quadrilha" com o ex-deputado Eduardo Cunha.

Geddel e Cunha são velhos integrantes do PMDB da Câmara. No segundo volume dos "Diários da Presidência", Fernando Henrique Cardoso reclama do apetite do grupo para devorar nacos da máquina federal. Ele conta que Geddel ameaçou retaliar o governo se o aliado Eliseu Padilha não fosse promovido a ministro. "Não vou nomear Eliseu Padilha nenhum, porque esta pressão está cheirando mal", anotou FHC, em abril de 1997. No mês seguinte, Padilha virou ministro dos Transportes.

Geddel, Cunha e Padilha são velhos aliados de Michel Temer. Os peemedebistas continuaram a trocar apoio por cargos nos governos petistas. Com o impeachment, passaram a mandar sem intermediários.

Depois da batida na casa de Geddel, o Planalto tentou disseminar a versão de que Temer estaria "aliviado". O presidente não teria motivos para se preocupar, já que o aliado deixou de ser ministro.

Ao menos dois fatos sugerem que o discurso tem pouca conexão com a realidade. O relatório da PF vincula Roberto Derziê, ligado a Temer, a uma operação suspeita de R\$ 50 milhões na Caixa. Em dezembro, o presidente assinou sua nomeação para a cúpula do banco. Sem foro privilegiado, o falante Geddel também ficou mais próximo da fila das delações. Quem conhece o jacaré sabe o estrago que sua boca pode causar.

TRF mantém ou endurece penas dadas por Moro

Órgão de segunda instância adotou
essa prática em 70% de suas decisões

**Tribunal eleva ou
mantém 70% das
penas aplicadas
por juiz Moro**

**De 23 decisões em que
os recursos foram
analisados, apenas em
4 houve absolvição; em
3, a pena foi reduzida**

REYNALDO TUROLLO JR.
DE SÃO PAULO

O TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), responsável por julgar os recursos de decisões do juiz Sergio Moro na Lava Jato, manteve ou endureceu as penas dos réus em 70% dos casos.

Até o momento, Moro condenou 83 pessoas. Destes, o TRF-4 analisou as apelações referentes a 23 condenados — apresentadas por eles ou pelo Ministério Público Federal.

Dos 23, 8 tiveram as penas mantidas, e outros 8, endurecidas (70%). Outros 4 condenados acabaram absolvidos pelo tribunal (17%), enquanto 3 (13%) tiveram suas penas diminuídas.

O levantamento foi feito pela **Folha** com auxílio da assessoria da Justiça Federal do Paraná e levou em conta apenas casos em que já houve condenação e análise da apelação — foram excluídos habeas corpus e decisões sobre prisões preventivas.

Para entidades de magistrados, como a Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil), que já divulgou notas de apoio à atuação de Moro, o índice de confirmação das decisões na segunda instância revela a “isenção e capacidade” do juiz que conduz a Lava Jato.

Já advogados de réus apontam para um Judiciário receoso de contrariar a opinião pública, que tende a clamar por mais punições, mesmo que à revelia das leis.

Em dezembro, a Quarta Seção do TRF-4 — à qual pertence a oitava turma, que julga os recursos da Lava Jato — negou por unanimidade pedido da defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para afastar o desembargador João Pedro Gebran Neto da relatoria da operação.

O pedido alegava que Gebran é amigo de Moro, o que poderia contaminar sua imparcialidade ao analisar os recursos. Seus colegas de bancada, porém, refutaram a suspeição e o mantiveram à frente do caso.

Além de Gebran, integram a oitava turma os desembargadores federais Victor Luiz dos Santos Laus e Leandro Paulsen.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ENDURECIMENTO

Na maioria das vezes em que o TRF-4 endureceu as penas dos condenados por Moro, foi levada em conta a alegação do Ministério Público Federal de que os réus eram capazes, social e intelectualmente, de compreender que o que faziam era crime e poderiam tê-lo evitado → a chamada valoração negativa da culpabilidade.

Foi assim que foram elevadas, por exemplo, as penas do doleiro Alberto Youssef (de 16 anos, 11 meses e 10 dias para 26 anos e 10 meses) e do ex-presidente da OAS Léo Pinheiro (de 16 anos e 4 meses para 26 anos e 7 meses).

Sediado em Porto Alegre e com jurisdição sobre o Paraná, sede da força-tarefa da Lava Jato, o TRF-4 é visto por advogados como um tribunal duro em matéria penal.

Em dezembro, os desembargadores da Quarta Seção editaram quatro súmulas (entendimentos majoritários no colegiado) que tratam de procedimentos investigatórios.

Uma delas afirma que “é lícita a sucessiva renovação da interceptação telefônica, enquanto persistir sua necessidade para a investigação”.

Outra permite que se instaure investigação baseada em denúncia anônima, “quando amparada por outro indício”. Nos dois casos, as súmulas contrariam o que defendem criminalistas, que criticam o anonimato e o uso de grampos por longo período.

Quatro condenados por Moro foram absolvidos pelo TRF-4. O caso de maior repercussão foi o do ex-executivo da OAS Matheus Oliveira, que ficou nove meses preso.

Ele foi acusado de participar do pagamento de propinas em contratos da OAS com a Petrobras, referentes a obras em refinarias. Condenado a 11 anos, foi inocentado pelo tribunal por “restarem dúvidas razoáveis sobre sua atuação no esquema”.

16 JAN 2017

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

16 JAN 2017

DECISÕES DE SÉRGIO MORO REFORMADAS NO TRF-4

Tribunal alterou as sentenças de 15 dos 83 condenados em primeira instância na Lava Jato

ABSOLVIÇÕES E PENAS MAIS BRANDAS

| Réu | Decisão | | Motivo da reforma |
|---|------------------|-----------------------|--|
| | 1ª instância | 2ª instância | |
| André Catão de Miranda, funcionário de posto | 4 anos | Absolvido | Era funcionário de posto usado para lavagem e não havia provas de que se beneficiou do crime |
| Nelma Kodama, doleira | 18 anos | 14 anos e 9 meses | Foi absolvida de um dos crimes (lavagem de dinheiro) |
| Maria Dirce Penasso, mãe de Nelma | 2 anos e 1 mês | Absolvida | Não havia prova de que ela soubesse dos crimes |
| Cleverson Coelho de Oliveira, trabalhou para Nelma | 5 anos e 10 dias | Serviços comunitários | Foi absolvido de um dos crimes (evasão de divisas) |
| Fernando Augusto Stremel Andrade, ex-executivo da OAS | 4 anos | Absolvido | Foi absolvido por "restarem dúvidas razoáveis sobre sua atuação no esquema" |
| José Ricardo Breghirolli, funcionário da OAS responsável pelo contato com o doleiro Youssef | 11 anos | 4 anos e 1 mês | Foi absolvido de um dos crimes (lavagem de dinheiro) |
| Matheus Coutinho de Sá Oliveira, ex-executivo da OAS | 11 anos | Absolvido | Foi absolvido por "restarem dúvidas razoáveis sobre sua atuação no esquema" |

ENDURECIMENTO DE PENA

| Réu | Decisão | | Motivo da reforma |
|---|-----------------------------|--------------------|-----------------------------------|
| | 1ª instância | 2ª instância | |
| Alberto Youssef, doleiro | 16 anos, 11 meses e 10 dias | 26 anos e 10 meses | Culpabilidade negativa |
| Agenor Medeiros, ex-executivo da OAS | 16 anos e 4 meses | 26 anos e 7 meses | Culpabilidade negativa |
| Léo Pinheiro, dono da OAS | 16 anos e 4 meses | 26 anos e 7 meses | Culpabilidade negativa |
| Waldomiro de Oliveira, ex-contador de Youssef | Não foi julgado* | 7 anos e 6 meses | Recurso do Ministério Público* |
| Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras | 6 anos e 6 meses | 14 anos e 8 meses | Culpabilidade negativa |
| Fernando Soares, o Baiano, lobista | 16 anos, 1 mês e 10 dias | 26 anos | Culpabilidade e concurso material |
| Nestor Cerveró, ex-diretor da Petrobras | 12 anos, 3 meses e 10 dias | 27 anos e 4 meses | Culpabilidade e concurso material |
| Luiz Argolo, ex-deputado federal | 11 anos e 11 meses | 12 anos e 8 meses | Culpabilidade negativa |

DE 23 RECURSOS ANALISADOS:


8 foram mantidos (34,7%)


4 foram absolvidos (17%)

8 tiveram penas aumentadas (34,7%)

3 tiveram penas reduzidas (13%)

ENTENDA

 **Culpabilidade negativa**
Participação no esquema mesmo com condições sociais e intelectuais de reconhecer e resistir à prática do ilícito

 **Concurso material**
Deixa de considerar crimes da mesma natureza como um só e passa a somá-los

*Já tinha sido condenado pelo mesmo crime em outra ação (litispendência), mas Ministério Público Federal recorreu

16 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Paraná, Minas e Bahia têm fuga de 76 presos

Um total de 76 presos fugiram nos Estados do Paraná, de Minas Gerais e da Bahia durante o fim de semana.

No Paraná, a fuga de detentos da Penitenciária Estadual de Piraquara deixou dois mortos na manhã deste domingo (15). Ao todo, 28 presidiários fugiram.

Pelo lado de fora, um grupo explodiu um muro da penitenciária, que concentra membros da facção PCC (Primeiro Comando da Capital), segundo agentes penitenciários ouvidos pela **Folha**.

No mesmo momento, agentes e policiais monitoravam um início de tumulto num presídio ao lado, no mesmo complexo. Segundo a secretaria da Segurança, a ação foi coordenada.

“Trata-se de uma ação orquestrada há muitos dias, preparada”, afirmou o secretário da Segurança do Estado, Wagner Mesquita.

As explosões ocorreram por volta das 5h30. Na tentativa de fuga, dois presos foram mortos numa troca de tiros com a Polícia Militar.

Quatro homens que estavam do lado de fora, ajudando na fuga, ainda fizeram uma mulher refém numa chácara próxima. Eles acabaram se rendendo e foram presos. Com eles, foram apreendidos fuzis, metralhadoras e pistolas.

O presídio abriga atualmente 628 presos, mas não está superlotado — a capacidade oficial é de 647 vagas.

A situação já estava normalizada no início da tarde deste domingo, segundo o governo do Paraná.

Em Minas, dez detentos fugiram por volta das 3h deste domingo do Presídio Regional de Ibirité, na Grande Belo Horizonte.

Até o período da tarde, ninguém havia sido preso novamente pela polícia.

Na madrugada de sexta (13), 17 presos fugiram da Cadeia Pública de Mata Escura, em Salvador. Até o começo da noite de domingo, nenhum havia sido recapturado.

Também na sexta, mais 21 presos fugiram de uma delegacia em Santo Antônio de Jesus, a 200 quilômetros da capital baiana.

O governo do Estado diz que não houve motim em nenhum dos casos. (EHC)

16 JAN 2017
FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Cármem Lúcia

Enciumados? Este bando de machistas incompetentes deveriam envergonharem-se de suas leniências na resolução dos problemas (“Projeção de Cármem Lúcia provoca ciúme no Planalto”, “Poder”, 15/1). Enquanto batem cabeças nos corredores palacianos, uma mulher de aparência frágil, mas com determinações austeras, mostra verdadeira lição de gerência pública.

ALCINO CAETANO DE SOUZA (Goiânia, GO)

O Brasil é tão pobre de políticos honestos que, quando alguém fora do “meio” conquista a confiança das pessoas, ela passa automaticamente a candidato à Presidência. Foi assim com Joaquim Barbosa, Sergio Moro e agora com a ministra Cármem Lúcia.

SILVIO ROMERO FONSECA LIMA (Camaragibe/PE)

Força, ministra Cármem Lúcia! Nesse deserto onde os interesses políticos e muitas vezes escusos se sobrepõem aos da população, a sua atuação enquanto autoridade da República é por demais necessária.

NATANAEL BATISTA LEAL (Brasília, DF)

14 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Geddel recebia propina em esquema da Caixa, diz PF

Ex-ministro de Temer facilitaria financiamentos milionários a empresas

Junto com Eduardo Cunha, ele operava pela aprovação dos créditos e discutia até as taxas dos juros bancários

LETÍCIA CASADO
DE BRASÍLIA

WÁLTER NUNES
DE SÃO PAULO

A Polícia Federal deflagrou nesta sexta-feira (13) uma operação que teve como principal alvo o ex-ministro Geddel Vieira Lima por sua gestão à frente da vice-presidência de pessoa jurídica na Caixa Econômica Federal, entre 2011 e 2013, no governo de Dilma Rousseff.

A PF aponta envolvimento de Geddel em esquema de fraudes na liberação de empréstimo do FI-FGTS da Caixa. Há indícios, segundo as autoridades, de que ele tenha cometido crime de corrupção passiva.

Batizada de Operação Cui Bono? ("A quem beneficia?"), em latim), a investigação começou a partir de elementos colhidos em um antigo celular do ex-presidente da Câmara e deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), preso na Lava Jato.

O esquema, segundo relatório de investigação, tinha "como destinação o beneficiamento pessoal deles ou do

PMDB". Em 15 de dezembro de 2015 a PF realizou buscas na casa de Cunha e apreendeu o telefone no qual estavam armazenadas mensagens trocadas com Geddel.

Nesta sexta, a polícia esteve em sete endereços residenciais e comerciais no Distrito Federal, Bahia, Paraná e São Paulo. A casa de Geddel em Salvador foi alvo.

Geddel atuava em conjunto com Cunha em "negociações ilícitas" e agia de "forma orquestrada" para beneficiar empresas em troca de propina, segundo os investigadores.

O ex-ministro também "fornecia informações privilegiadas para os outros membros da quadrilha que integrava", de acordo com relatório.

Sobre as mensagens, os investigadores afirmam que "os diálogos não deixam dúvidas de que Geddel Vieira Lima e Eduardo Cunha buscavam contrapartidas indevidas junto às diversas empresas". "Visando à liberação de créditos que estavam sob a gestão da vice-presidência de Geddel", destacam.

Também fazem parte do esquema, segundo a investigação, o doleiro e operador do mercado Lúcio Bolonha Furnaro, hoje preso pela Lava Jato, e o ex-vice-presidente da Caixa Fábio Cleto, que firmou acordo de delação premiada

com os investigadores de Curitiba. Informações da delação de Cleto foram confrontadas com o conteúdo do celular de Cunha.

Nos diálogos, são citados empresas e dirigentes de empresas dos ramos de alimentos (como Seara, Marfrig e J&F) e de concessionárias de administração de rodovias (como a BRVias). Os investigadores suspeitam que o grupo tenha praticado crimes de corrupção, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.

Em uma das conversas, ao falar do andamento do pedido de financiamento para a J&F, Geddel diz que a situação está resolvida e afirma a Cunha: "Você tá pensando que eu sou esses ministros que você indicou?"

Ambos discutiram, por exemplo, as condições das taxas de juros para um empréstimo à BRVias (concessionária de administração de rodovias) em 2012, no valor de R\$ 300 milhões.

CONTINUA

14 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

PERDA DE FORO

Geddel ocupou a vice-presidência da Caixa em parte do primeiro mandato de Dilma. Sua nomeação foi publicada no Diário Oficial da União em 7 de abril de 2011 — um dia após a nomeação de Cleto. Para os investigadores, não foi coincidência, mas sim uma estratégia de Cunha para orquestrar o esquema.

Geddel assumiu a Secretaria de Governo de Michel Temer quando ele foi nomeado presidente interino, em maio do ano passado. Caiu em novembro após ter sido acusado pelo ex-ministro da Cultura Marcelo Calero, em entrevista à **Folha**, de fazer pressão para rever decisão do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional) sobre um prédio onde adquiriu apartamento.

A investigação ligada à Caixa corria no STF (Supremo Tribunal Federal), mas passou a tramitar na primeira instância depois de Geddel deixar o cargo de ministro.

A operação foi autorizada pelo juiz federal Vallisney Oliveira, da 10ª Vara Federal no DF. O juiz negou pedido para busca na casa do irmão de Geddel, o deputado federal Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA), em razão da prerrogativa de foro no STF.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

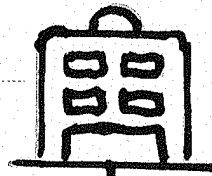
14 JAN 2017

ESQUEMA DUPLICADO

PF aponta corrupção na Caixa em área comandada por Geddel

1

Empresas buscavam financiamento da Caixa Econômica Federal



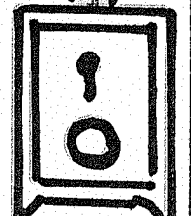
2

Para garantir a aprovação do financiamento, as empresas pagavam propina, muitas vezes por intermédio de Lúcio Bolonha Funaro



3

Indicados de Cunha para cargos na Caixa garantem a aprovação dos créditos para as empresas



EDUARDO CUNHA
ex-presidente da Câmara, que mantinha influência em duas áreas da Caixa Econômica

GEDDEL VIEIRA LIMA
Vice-presidente de Pessoa Jurídica entre 2011 e 2013

FÁBIO CLETO
Vice-presidente de Fundos de Governo e Loterias entre 2011 e 2015

SUSPEITAS
crimes de corrupção, quadrilha e lavagem de dinheiro

EMPRESAS ENVOLVIDAS

- > Grupo Constantino BR Vias
- Oeste Sul Empreendimentos Imobiliários
- Comporte Participações
- > Marfrig Seara*
- > J&F JBS
- Eldorado
- Grupo Bertin

- > Big Frango
- > Digibrás Indústria do Brasil
- > Inepar
- > Dinâmica Segurança Patrimonial
- > Prefeitura Municipal de Barra Mansa

*hoje pertence ao grupo JBS

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

OUTRO LADO

14 JAN 2017

Empresas e políticos negam ilegalidades

As empresas citadas na investigação da Operação Cui Bono? como supostas beneficiárias do esquema de concessão de créditos pela Caixa Econômica Federal afirmam que não foram alvo da operação e que não cometeram irregularidades.

A JBS, dona dos frigoríficos Seara e Big Frango, informou que não foi notificada sobre a decisão judicial referente a essa operação e que “pauta suas relações na ética e profissionalismo”.

O grupo Marfrig informou que não foi alvo de nenhuma medida da Polícia Federal e que a Caixa Econômica Federal ou qualquer um de seus fundos não são acionistas relevantes da companhia.

O grupo também diz que operações da empresa com a Caixa “sempre foram feitas em condições de mercado, com custos equivalentes aos dos bancos privados, com garantias reais e sem qualquer tipo de privilégio”.

Ainda segundo a Marfrig, as operações contratadas entre 2011 e 2013 foram devidamente liquidadas no prazo.

A concessionária de rodovias BR Vias afirma que “segue colaborando com as autoridades para o total esclarecimento dos fatos”.

A Oeste Sul Empreendimentos Imobiliários afirma que não recebeu notificação oficial sobre o assunto, mas está à disposição para qualquer esclarecimento.

A **Folha** não conseguiu contato com a Inepar, a Digibras e o grupo Bertin.

POLÍTICOS

O advogado Pedro Ivo Velloso, que atua na defesa de Eduardo Cunha, afirma que “rechaça veementemente as suspeitas divulgadas”.

Procurado, ex-ministro Geddel Vieira Lima estava com o telefone desligado. A assessoria do PMDB da Bahia, presidido por ele, informou que não havia nenhum posicionamento do ex-ministro sobre a operação.

Citada no relatório da procuradoria como beneficiária de uma intermediação de Cunha junto a Geddel, a prefeitura de Barra Mansa (RJ) diz que buscou a renovação de um convênio com o banco para a gestão da conta bancária da prefeitura em 2012.

“O processo estava estagnado e dependia de manifestação da direção do banco. O pedido foi para que houvesse prosseguimento no processo”, diz em nota a prefeitura, que informou que a renovação do convênio acabou não acontecendo.

A **Folha** não conseguiu contato com o Pastor Everaldo, presidente do PSC. O partido é citado como beneficiário de supostos repasses que teriam sido intermediados por Cunha e Geddel.

FOLHA DE S. PAULO

LEANDRO COLON

Provisórios sob risco

BRASÍLIA - Uma história contada em reportagem da **Folha** nesta sexta-feira (13) revela um pequeno e simbólico pedaço de uma das causas da crise nos presídios: o inchaço no quadro de presos provisórios.

Entre os 33 mortos no massacre na cadeia de Boa Vista (RR) estava Abel Paulino de Sousa. Um dos 16 decapitados na ação, ele foi enterrado no dia em que completaria 25 anos.

Conforme relato dos repórteres Rubens Valente e Marlene Bergamo, Sousa e outros cinco presos que morreram não haviam sido julgados. O personagem, ex-montador de móveis, não tinha condenação anterior.

Sousa estava na cadeia havia um mês após ter sido detido com outras duas pessoas sob a suspeita de tráfico de drogas. O inquérito contra ele teria contradições sobre sua real participação no porte de entorpecentes.

No dia 5, Sousa disparou mensagem à sua mulher pelo telefone: "Acho que vão matar gente aqui hoje. Tá tudo estranho. Se eu for, amo vocês todos. Amor, tá estranho aqui".

O uso de um aparelho de celular numa cela demonstra a deficiência do modelo de vigilância dos presos e no caso de Sousa a gravidade é dupla porque mostra também a iminência da morte dele dentro da cadeia.

Estima-se que hoje 40% dos 650 mil presos no país sejam provisórios, praticamente o deficit calculado de 250 mil vagas nos presídios. Não que todos precisam ser soltos, mas é bem provável que muitos deveriam ter sido liberados ou, ao menos, julgados.

No dia 23 de outubro, 31 torcedores do Corinthians foram presos após uma briga com a Polícia Militar no Maracanã. As imagens identificaram o envolvimento de apenas quatro nas agressões. Ao todo, 26 continuam detidos no presídio de Bangu, sem perspectiva de julgamento.

A defesa de um alega que nem no estádio ele estava na hora da confusão. Uma torcida organizada divulgou carta que teria sido assinada por quatro dos detentos. Assim como a mensagem do preso de Roraima, alerta para o risco de mortes.

14 JAN 2017

14 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Despesa com inativos cresce e supera 50% da folha no RS

Especialistas veem limitações na proposta do governo para Estados falidos

Cortar salários de servidores da ativa pode aumentar custo para população sem equilibrar as contas

MARIANA CARNEIRO
DE SÃO PAULO

O corte de salários dos servidores, uma das propostas do governo federal para reequilibrar as contas dos Estados em calamidade financeira, tem efeito limitado sobre o principal problema destes governadores: o aumento acelerado dos gastos com pessoal.

Além de difícil implementação, o corte salarial não resolve o problema de fundo de Rio, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, afirmam especialistas. Os três Estados do país em pior situação financeira e candidatos a aderir ao socorro federal têm em comum despesas crescentes — e cada vez mais pesadas — com a aposentadoria de servidores.

“Em termos estruturais, a crise estadual decorre muito mais do descontrole da Previdência que do aumento da folha dos servidores ativos”, afirma José Roberto Afonso, economista da FGV e do IDP.

Segundo estudo recente feito pelo especialista, os três Estados gastam menos do que a média nacional para bancar os funcionários do Executivo.

“Concentrar o ajuste nos servidores ativos aumentará o custo suportado pela população, que pagará cada vez

mais impostos para financiar o deficit previdenciário, que beneficia um grupo muito pequeno, em troca de contar cada vez menos com segurança, saúde e ensino.”

Levantamento feito nas informações prestadas pelos Estados ao Tesouro Nacional mostra que os três são os que mais gastam com Previdência como proporção das despesas com pessoal. Aposentadorias e pensões consumiram mais de um terço dos gastos com pessoal em 2015.

Os dados parciais do ano passado até agosto (os mais recentes disponíveis) indicam que o peso da aposentadoria dos servidores cresceu.

No Rio e em Minas, o percentual subiu para mais de 45% das despesas com pessoal. No Rio Grande do Sul, o número chegou a 61%.

Segundo Fábio Klein, da consultoria Tendências, diferentemente dos salários do pessoal da ativa, os gastos dos Estados com aposentadorias são mais inflexíveis, pois têm regras próprias de correção e são inegociáveis. “É na Previdência onde está a situação mais crítica desses Estados”.

Leonardo Rolim, consultor legislativo da Câmara e ex-secretário de Previdência, diz não ver “muito sucesso” no corte de salários e aponta algumas etapas a serem cumpridas para sua execução.

NÃO É FÁCIL

A primeira é a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o tema. Uma liminar, parada há anos no tribunal, impede o corte de salários. O segundo é a falta de regras.

“Não é simples reduzir a jornada. Ela valerá para todos ou só para alguns? Quais serão os critérios para escolher os servidores? Imagino que não seja possível reduzir a jornada de policiais ou de professores, por exemplo.”

Para o especialista, mesmo que o Supremo dê sinal verde, ainda seria desejável que o Congresso estabelecesse regras para que os governadores adotassem a medida. “Se não se corre o risco de categorias recorrerem à Justiça.”

Um PDV (programa de demissão voluntária), também ventilado pelo Ministério da Fazenda, seria de difícil implementação, segundo Rolim. Ele afirma que a prática mais comum do serviço público tem sido exatamente na direção oposta, de postergar a permanência de servidores que já poderiam se aposentar.

Klein, da Tendências, lembra que tanto o corte de salários quanto um PDV teriam como efeito adverso a redução do número de contribuintes ativos para financiar a Previdência. “Ao ajustar o estoque de ativos perde-se na contribuição”, diz.

CONTINUA

14 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Diante do quadro, na avaliação de Rolim, a proposta mais interessante apresentada pelo governo é o aumento das contribuições previdenciárias dos servidores.

“É a mais justa, além de não afetar o funcionamento dos Estados”, diz.

O Rio Grande do Sul aprovou o reajuste de 11% para 14% no fim de 2016. No Rio, o governo chegou a propor uma taxa extra temporária de 30% sobre os salários dos servidores, mas agora fala em 20%.

“ Não é simples reduzir a jornada. Ela valerá para todos os servidores ou só para alguns? Imagino que não seja possível reduzir a jornada de policiais

LEONARDO ROLIM
Consultor legislativo do Senado

União e Rio estudam PDV para servidor

A criação de um PDV (programa de demissão voluntária) para servidores estaduais está sendo estudada dentro do acordo que União e Rio de Janeiro desenharam para resgatar o Estado, que tem rombo previsto de R\$ 19,3 bilhões em 2017.

Além disso, é possível que a alíquota de contribuição previdenciária dos servidores, que será elevada de 11% para 14% definitivamente, seja aumentada ainda mais durante o tempo mínimo de 36 meses de vigência do acordo.

Essas ações se somariam à possibilidade de redução da jornada de trabalho com redução salarial, medida que depende de decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) — assim como outra ação para redução dos gastos com pessoal.

Segundo um funcionário que participa das negociações, a redução da jornada e dos salários dos servidores permitiria economia de quase R\$ 1 bilhão apenas neste ano. O Supremo deve avaliar o tema em fevereiro, quando os ministros voltarem do recesso.

O acordo que está sendo desenhado entre União e Rio de Janeiro para resolver a crise financeira do Estado deve ser fechado no final da próxima semana. Terá que ser homologado no STF para reduzir o risco de ser questionado judicialmente.

Somados novos empréstimos, a suspensão de pagamentos de dívidas e cortes de despesas, o pacote representará um alívio financeiro ao Estado de cerca de R\$ 20 bilhões neste ano.

Ou seja, o suficiente para que o Rio cubra o rombo previsto em seu orçamento em 2017. No longo prazo, até 2019, o pacote representaria um fôlego de R\$ 50 bilhões.

(MAELI PRADO)

CONTINUA

14 JAN 2017

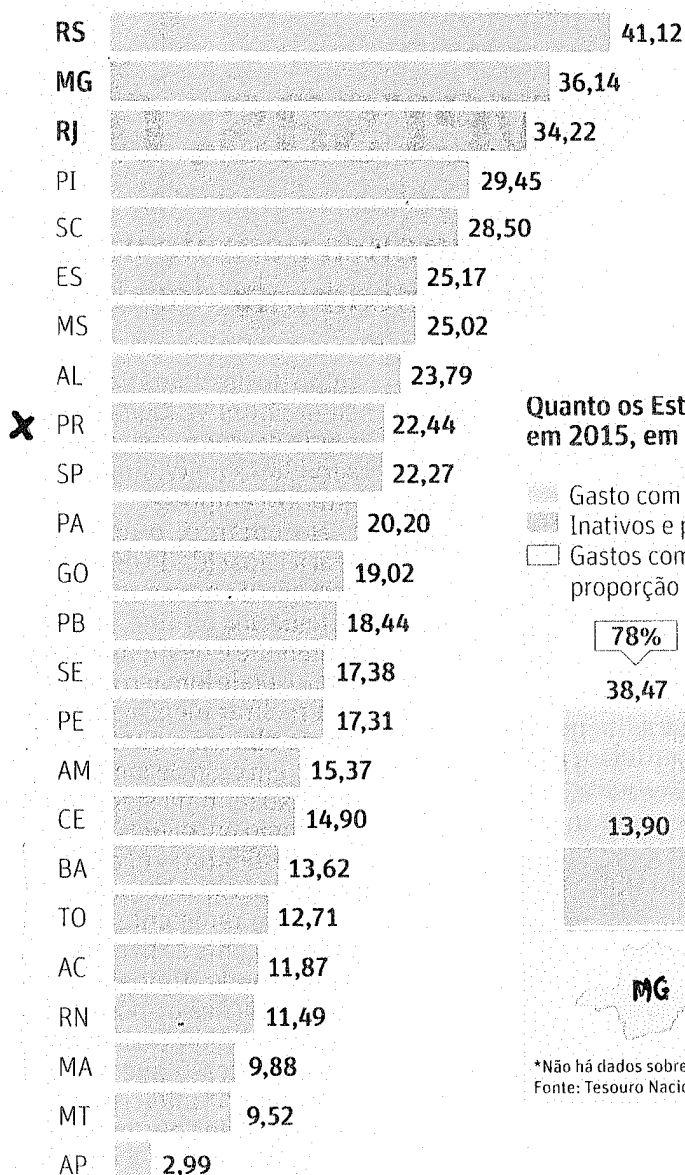
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

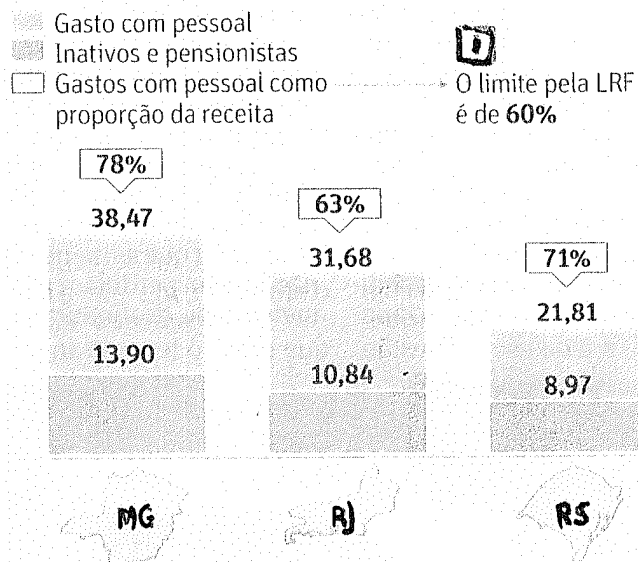
ESTADOS ENVELHECIDOS

Governadores lidam com Previdência cada vez mais relevante em suas despesas

Participação dos inativos nos gastos com pessoal, em 2015, em %*



Quanto os Estados gastaram com pessoal, em 2015, em R\$ bilhões



*Não há dados sobre gastos com inativos para DF, RO e RR disponíveis no Siconfi
Fonte: Tesouro Nacional

14 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

NA PONTA DO LÁPIS

O desembargador que barrou o aumento de salário dos vereadores de SP —de R\$ 15 mil para quase R\$ 19 mil— recebeu R\$ 92 mil de salário em novembro. O mês é o último com dados atualizados no portal do TJ-SP (Tribunal de Justiça de SP). Dimas Borelli Thomaz, assim como outros desembargadores da corte, possui ganhos acima do teto constitucional, de R\$ 33,7 mil.

NO PAPEL

Na sentença sobre a Câmara Municipal, Thomaz escreveu que o reajuste “mostra-se incompatível com os primados da moralidade, da proporcionalidade, da razoabilidade e da economicidade”.

NA FORMA DA LEI

O salário dos desembargadores tem como paradigma o valor de R\$ 30 mil. O excedente, segundo o TJ-SP, se refere a subsídios e verbas indenizatórias. Thomaz diz que sua folha de novembro inclui uma parcela do 13º e recomposições. “Não existe ilegalidade nem imoralidade”, afirma.

GAZETA DO POVO

BENE BARBOSA

O massacre de todas as lógicas

Nas últimas rebeliões eclodidas em penitenciárias brasileiras que resultaram na execução de dezenas de detentos por outros detentos, a barbárie filmada e fotografada em celulares que não deveriam nem sequer estar lá foi posta da pelos algozes nas redes sociais não só como um troféu de guerra vencida, mas também como aviso aos inimigos de outras facções. Não foram os primeiros massacres, com máxima certeza não serão os últimos. Não houve nem sequer surpresa para quem presta a mínima atenção à caótica segurança pública nos últimos 20 anos.

Tão assustador quanto ver as cenas indescritíveis foi assistir, muitas vezes atônito, outras vezes proferindo palavras impúblicas neste espaço, a certos especialistas, sociólogos, representantes dos chamados direitos humanos e governantes discorrendo outros massacres. O massacre da verdade, ao afirmarem que tal morticínio não poderia ser evitado. Ou ainda que a solução seria o esvaziamento das prisões em um país com 60 mil homicídios por ano, com mais de 50 mil estupros e milhares de assaltos e outros crimes. “Prendemos muito!”, gritaram aqueles que massacram a verdade em detrimento de uma ideologia perniciosa dos falsamente chamados de “excluídos sociais”. Exatamente os mesmos que nos trouxeram até aqui, os responsáveis por impingir em nossa sociedade o medo perante o crime que avança.

São os mesmos, em uma lógica inumana, que estão muito mais preocupados com a segurança dos detentos que com a daqueles que diariamente são suas vítimas. Preocupação que se traduziu em uma das respostas governamentais mais rápidas que vimos até hoje: o sangue nem sequer havia secado pelos corredores da penitenciária de Manaus e o governo já anunciava que todas as famílias dos criminosos, mortos por outros criminosos em uma guerra pelo controle da penitenciária, seriam indenizadas. Uma celeridade e preocupação que nunca vi de governo nenhum, por exemplo, quando o morto é o agente penitenciário ou o policial que sozinho vigia os muros que o próprio Estado finge serem capazes de conter os criminosos.

Aplaudir o massacre é também um erro crasso. Oras, como comemorar que o Estado não controla nem sequer os bandidos presos e cobrar desse mesmo Estado o controle dos crimes nas ruas? Ilógico! Erra também aquele que acha que nessas penitenciárias ou centros provisórios de detenção todos são perigosíssimos criminosos. Por lá também habitam o pai que deve pensar alimentação; o cidadão que, para se proteger,

14 JAN 2017

15 JAN 2017

matou um criminoso, mas que ainda deverá comprovar legítima defesa; lá estará o sitiante de 70 anos preso por posse ilegal de arma por ter guardado aquele velho Mauser do pai dele; aquele colecionador que tem tudo legalizado, menos aquela Luger 9mm que era do avô e ficou sem documentação. O buraco é um só, para todos eles, na maioria dos presídios do Brasil.

Não comemorar os massacres e as respostas ilógicas é absolutamente diferente de chorar a morte de criminosos em uma guerra de facções como poucos choram, por exemplo, a morte só neste ano de seis policiais no Rio de Janeiro, de incontáveis pais, mães, irmãos, amigos. Novos e velhos, homens e mulheres, gays e héteros, negros e brancos, vítimas do massacre da lógica no combate real ao crime. Enquanto insistirmos na falsa lógica de que cadeia não resolve, desarmamento protege o cidadão e criminalidade é fruto da desigualdade social, continuaremos empilhando corpos.

Bene Barbosa é presidente do Movimento Viva Brasil e coautor do livro *Mentiram Para Mim Sobre o Desarmamento*.

Fuga mostra poder de fogo de facções

Em Piraquara, grupo simula rebelião, desvia atenção da polícia e explode muro. Protegidos por armamento pesado, 26 fogem

Angieli Maros, Rogerio Waldrigues Galindo e Angela Corrêa

● A fuga orquestrada de 26 presos de um presídio de Piraquara ontem mostrou o quanto é difícil controlar facções organizadas que agem dentro de penitenciárias lotadas. Ao que tudo indica, os presos de duas instituições diferentes conseguiram se comunicar e combinar um modo de driblar a segurança e as forças policiais da região.

Por volta das 3 horas da manhã, presos da Casa de Custódia de Piraquara começaram a dar sinais de rebelião. Assim que os agentes e a polícia dedicaram atenção ao tumulto, os internos da Penitenciária Estadual de Piraquara 1 (PEP 1), que fica ao lado, explodiram um muro.

Mesmo se toda a força de segurança da PEP 1 estivesse dedicada a combater a fuga, os presos estariam em imensa vantagem numérica. São cerca de 600 internos, que no momento tinham ajuda do grupo que armou a explosão — 15 homens com armamento pesado (foram encontrados três fuzis e uma submetralhadora Uzi).

Segurança frágil

Para tentar controlar a fuga a PEP 1 contava com dez agentes penitenciários e dois policiais militares na guarita — o Setor de Operações Espe-

JANEIRO CAÓTICO

Além da fuga no Paraná, o fim de semana teve uma rebelião com pelo menos 27 mortes em Natal. Até a noite de domingo, ninguém sabia a quantidade de presos assassinados no presídio de Alcaçuz, em Natal, porque os corpos ainda não haviam sido resgatados.

ciais da PM tinha ido à Casa de Custódia, a 300 metros de distância, o que deu vantagem de tempo para os presos.

A Secretaria de Segurança Pública do estado disse que se tratou de uma ação “orquestrada”. Para o diretor jurídico do sindicato de agentes penitenciários, Ricardo de Carvalho Miranda, fica evidente a facilidade de comunicação dos presos. “Por esses dias, arremessaram 60 celulares para dentro da PEP 1. Conseguimos evitar que chegassem aos presos. Mas como saber quantas vezes isso já não aconteceu?”, diz.

Os presos aparentemente também sabiam que naquele momento a segurança era

mais frágil. A escala de agentes penitenciários é dividida em três turmas de 30 pessoas. Mas nem todos os agentes têm turnos iguais: quem faz 24 horas num turno, faz 12 horas na próxima vez. E quando essa parte do turno vai embora, às vezes o contingente fica reduzido a menos da metade.

Uma resolução do Conselho Nacional de Política Criminal estabelece que deveria haver cinco presos para cada agente. No momento da fuga, havia 120 por um. O governo alega que a obrigação é de ter essa proporção contando todos os agentes — somados todos os turnos mais os que estão de férias, por exemplo.

Tiroteio e reféns

Apesar da fuga de 26 presos, o governo do Paraná comemorou o fato de ter evitado que uma quantidade muito maior escapasse. Quando toda a segurança se concentrou na PEP 1, houve tiroteio e dois presos morreram. Entre os que conseguiram fugir, quatro fizeram reféns em um haras de Piraquara, mas foram recapturados.

2017 sangrento

Confira os incidentes em casas prisionais brasileiras neste ano:

| | | |
|--------------|--|--|
| 31 mortos | Penitenciária Agrícola de Monte Cristo Boa Vista - RR 6 jan | Penitenciária de Alcaçuz Natal - RN 24 jan |
| 63 mortos | | 31 mortos |
| 59 | Complexo Penitenciário Anísio Jobim Manaus - AM 1º jan | 2 mortos |
| 4 | Unidade Prisional Puraquequara Manaus - AM 2 jan | Presídio Romero Nóbrega Patos - PB 4 jan |
| | 2 mortos | Penitenciária Estadual de Piraquara 1 Piraquara - PR 15 jan |

CONTINUA

16 JAN 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Paraná pediu transferência de presos do PCC

Diego Ribeiro e Beatriz Peccin, especial para a Gazeta do Povo

Seis dos 26 detentos que fugiram da PEPI neste domingo são considerados perigosos e constam de uma lista de 39 integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC) que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná (Sesp) havia pedido, há dez meses, para serem transferidos para presídios federais. A **Gazeta do Povo** teve acesso às duas listas — dos fugitivos e dos detentos com pedido de transferência.

O secretário de Estado da Segurança, Wagner Mesquita, disse que vai reforçar o pedido de remoção nesta segunda, quando secretários de segurança de todos os estados vão se reunir com o ministro da Justiça, Alexandre Moraes, para discutir a crise carcerária. “Nós vamos apresentar novamente uma lista de presos facionados, que foram alvo da Operação Alexandria [conta o PCC]. Essa lista está há um ano sendo avaliada pelo Poder Judiciário, solicitando a transferência deles para presídios federais. Nós vamos re apresentar essa lista e solicitar a remoção dos alvos prioritários que compõem o crime organizado no estado do Paraná.”

Pé machucado

Dentre os presos que tentaram fugir está Ozélio de Oliveira, conhecido como Sumô ou Gardenal. Ele é considerado um dos líderes do PCC e está na lista dos presos que a Sesp quer tirar de Piraquara. Câmeras de segurança do presídio mostraram que ele machucou o pé e desistiu da fuga.

Uma investigação de 2014 da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, revelada na semana passada, aponta que Oliveira, mesmo preso, é um dos chefes do PCC em Roraima — onde 33 presos foram mortos numa penitenciária no início do ano.

A chacina teria relação com a guerra entre o PCC e o Comando Vermelho.

16 JAN 2017

GAZETA DO POVO

BENETT

PRESÍDIOS BRASILEIROS



14 JAN 2017
15 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

OPINIÃO DO LEITOR

Crise no sistema penitenciário

Após os massacres nos presídios de Manaus e Roraima, faço algumas reflexões sobre suas consequências. Em primeiro lugar, houve matança de presos contra presos. Ocorre que o Estado é responsável pela integridade física e moral das pessoas que estão sob sua custódia, em especial os presidiários, e desta forma a conta vira para o contribuinte. O Estado, por sua vez, promove uma série de atividades para sanar o problema como construção de novos presídios, sistema de vigilância, entre outros que se mostram totalmente insólitos, mormente porque o ministro da Justiça está em cargo totalmente inadequado, em face da sua incompetência. Agora, temos que avaliar os culpados destas tragédias. Assisti na TV a um debate com três juristas de alto conceito no País: um ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, um professor de Direito Constitucional da Fundação Getúlio Vargas e um terceiro professor de Ética Política da Unicamp. A pergunta foi: como consertar ou qual a solução? Foi um verdadeiro blábláblá, tanto que contou com uma advertência do jornalista para que os entrevistados se concentrassem na pergunta que, ao final, não resultou positivo. Até os dias de hoje, após vários comentários e opiniões, ninguém enfrentou o cerne da questão, qual seja: corrupção do sistema carcerário, pois é inacreditável que metralhadoras, fuzis, revólveres, celulares entre outros objetos adentrem nos presídios sem a conivência da direção e dos carcereiros. Após a demissão sumária do diretor do presídio de Manaus, que municiou a corrupção interna, o jornal "Estado de S. Paulo" (11/1) publicou uma carta aberta de iniciativa da Umanizzares – gestão prisional privada que administra o presídio de Manaus, na qual afirma em alto e bom tom que: "A Umanizzares permanece firme na crença de que uma cogestão eficiente e responsável das unidades prisionais, dentro dos limites estabelecidos pela lei e com a plena fiscalização dos órgãos responsáveis, é parte da solução para o grave problema nacional em que se tornou o sistema carcerário brasileiro". Ora, será que a administração do referido presídio não tinha ciência de que o chefe da facção "Família do Norte" tem uma cela especial, como divulgado pela imprensa com TV, geladeira, ar-condicionado, cama especial, entre outros objetos de luxo e altas regalias? A corrupção impera no sistema carcerário e os governantes não estão assumindo esta situação optando em soluções totalmente inviabilizadas pelos seus altos custos.

CARLOS HENRIQUE SCHIEFER (advogado) - Londrina

MAZZA

Indulto

Dos 1.800 presos liberados pelo indulto de Natal, apenas 90 deixaram de retornar. Esses 5% não anulam a relevância dessa medida de política criminal há tantos anos adotada.

14 JAN 2017

15 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

Justiça do Trabalho custa mais que toda Justiça

O orçamento da Justiça do Trabalho previsto para 2017 é de R\$ 20,13 bilhões. O valor é superior até à soma de outras esferas da Justiça brasileira: os custos do Supremo Tribunal Federal (R\$ 686 milhões), Superior Tribunal de Justiça (R\$ 1,41 bilhão), Justiça Federal (R\$ 11,58 bilhões) e Justiça Militar (R\$ 530 milhões) somados não alcançam o valor do orçamento da Justiça do Trabalho. A Justiça Eleitoral (R\$ 7,73 bilhões) e a Justiça do DF (R\$ 2,2 bilhões) também passam longe.

Custo/benefício

O ex-deputado Nelson Marchezan Jr. (PSDB) revelou em 2016 que a Justiça do Trabalho custou o dobro das indenizações que proporciona.

Ineficiência

Em 2016 a Justiça do Trabalho teve orçamento de R\$ 18 bilhões, mas pagou pouco mais de R\$ 8 bilhões em indenizações trabalhistas.

Bem à frente

A AGU (R\$ 3,54 bilhões), o MPU (R\$ 6,61 bilhões) e a Presidência da República (R\$ 6,5 bilhões) também perdem para a Justiça do Trabalho.

Transparência

O Ministério da Transparência, ex-Controladoria-Geral da União, tem orçamento quase bilionário: R\$ 985,1 bilhões para o ano de 2017.

16 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

Esquema previa até calote na Caixa, diz empresário

Evaldo Ulinski, ex-dono da Big Frango, dá detalhes de como seriam os bastidores de um esquema de financiamentos irregulares na Caixa investigado na Operação Cui Bono

“A proposta do Lúcio Funaro era o seguinte: te arrumo R\$ 100 milhões com 10% para pagar e 30% para nunca mais precisar pagar”

Josette Goulart e
Alexa Salomão
Agência Estado

São Paulo - O empresário Evaldo Ulinski, ex-dono da Big Frango, uma das empresas investigadas na Operação Cui Bono, disse que Lúcio Bolonha Funaro e operadores dele lhe ofereceram um empréstimo de R\$ 100 milhões na Caixa Econômica Federal, com condições especiais. Cobrariam 10% sobre do valor do financiamento, a título de comissão, para facilitar a liberação dos recursos. Mas havia outra opção. Se o empresário aceitasse dar

uma comissão maior, de 30%, não pagaria o empréstimo. “Era 10% para você pagar e 30% para nunca mais precisar pagar. As palavras deles”, disse Ulinski ao jornal.

A história contada por Ulinski traz detalhes de como seriam os bastidores de um esquema que previa a liberação de financiamentos irregulares na Caixa em troca de propinas, o alvo central da Operação Cui Bono, deflagrada na sexta-feira, 13.

Segundo o Ministério Público e a Polícia Federal, o ex-presidente da Câmara

dos Deputados Eduardo Cunha, Geddel Vieira Lima - ex-ministro do atual governo de Michel Temer -, além de Funaro, operaram um esquema de fraudes na liberação de créditos da Caixa, que teria ocorrido pelo menos entre os anos de 2011 e 2013. Neste período Geddel era vice-presidente de Pessoa Jurídica do banco estatal, área que libera financiamentos para empresas.

CONTINUA

Ulinski afirmou que recebeu uma proposta para ter crédito na Caixa e foi ao escritório de Funaro. Disse que chegou a assinar um documento manifestando interesse em contratar Funaro para intermediar o crédito e teria feito cadastro na Caixa. As condições apresentadas, disse, eram tentadoras: “Preço bom, prazo bom, dez anos, 12 anos”, lembrou. “Conseguiria o empréstimo com custos baixíssimos. Eu não me recordo a que juros.”

As tratativas, porém, não teriam avançado. “Naquele momento, eu até aceitaria, porém, tendo mais informações, desisti. Com mais conversa, eu vi que eu ia ter problemas no futuro.”

O risco, na versão de Ulinski, estava em dois detalhes: “A Caixa queria garantia. Eu tinha garantia para dar. Agora, desculpe, mas 10% de comissão é extorsão. Não é verdade? É pior que isso. A proposta do Lúcio Funaro era o seguinte: te arrumo R\$ 100 milhões com 10% para pagar e 30% para nunca mais precisar pagar. Como pode? Dar uma garantia e não pagar? Caí fora”.

Ulinski afirmou não saber como se davam as tratativas internamente na Caixa: “Eu não estou acusando a Caixa Econômica. Eu nunca falei com ninguém da Caixa.”

De acordo com o relatório do Ministério Público Federal que embasou a operação Cui Bono, é preciso ainda apurar melhor os fatos em relação à liberação de créditos à empre-

sa Big Frango. O documento afirma que “Geddel teria se referido à localidade da agência bancária da Big Frango sem fornecer muitos detalhes na mensagem”.

Nas entrevistas, Ulinski disse que conheceu Funaro por intermédio de terceiros. Alexandre Genta, na época seu genro e também advogado da Big Frango, havia feito faculdade em Londrina com Alexandre Margotto, que trabalhava com Funaro. Para Ulinski, Margotto afirmava que o chefe tinha acesso à Caixa. “O funcionário dele disse que ele (Funaro) consegue muita coisa na Caixa, é muito bem relacionado lá, ele manda lá dentro. Se é mesmo, não sei.”

Segundo Ulinski, os operadores de Funaro falavam que ele fazia esse tipo de empréstimo para outras empresas. “Dizem que ele tinha muito acesso (na Caixa) e conseguia muita coisa politicamente.”

Mensagens entre Geddel, Cunha e Funaro sustentam essa versão de que havia um esquema de fraudes nos empréstimos da Caixa para empresas. Boa parte das citadas na Operação Cui Bono tinham negócios direto com Funaro.

É caso da própria Big Frango. Em nome de Ulinski, Funaro apresentou a empresa para potenciais compradores e ela foi adquirida pela JBS, maior empresa do mundo no setor de carnes, que é controlada pela J&F. Funaro

conhece os donos da JBS, a família Batista. Chegou a negociar um imóvel de luxo com Joesley Batista. Mensagens trocadas entre Geddel, Cunha e Funaro mostram que eles favoreceram a liberação de recursos da Caixa para a J&F.

O mesmo teria ocorrido em relação ao grupo Bertin, que atua em vários setores. Cunha pede a Geddel: “Precisa ver no assunto da Bertin a carta de conforto com os termos que necessita”. Funaro é amigo e foi consultor dos Bertin.

Outra empresa citada pelo Ministério Público foi a Marfrig, também do setor de carnes. Em conversa por SMS sobre a Marfrig, Geddel disse a Cunha: “voto sai hj”. No outro dia, o ex-ministro envia informações sobre a aprovações do crédito. Os investigadores apuraram que, após essa conversa, Marfrig depositou R\$ 469,5 mil para uma empresa de Funaro, a Vizcaya.

CONTEXTO

Ulinski concedeu duas entrevistas sobre a oferta de empréstimo na Caixa. Na primeira, em 2014, havia se indisposto com Funaro sobre a comissão da venda da Big Frango. Na segunda, em setembro de 2016, Funaro já havia sido preso. Ulinski confirmou todos detalhes do esquema, mas fez acusações mais fortes ao ex-genro, Genta.

CONTINUA

16 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

A reportagem tentou contato com Genta, que não respondeu às ligações. Também tentou falar com Margotto, por intermédio de amigos e familiares, sem obter resposta. O advogado de Funaro, Fernando Guimarães, disse que não tinha como responder às questões, pois só vai falar com seu cliente nesta semana. A defesa de Geddel afirmou na sexta-feira que as investigações fazem "ilações e meras suposições não comprovadas". A defesa de Cunha rechaçou as suspeitas.

A J&F declarou que "nunca procurou os políticos para pedir facilidade ou intermediação em quaisquer de suas operações financeiras". A JBS, por sua vez, declarou que "todas as suas atividades são realizadas dentro da legalidade." A Marfrig, em nota, afirmou que suas operações com a Caixa não tiveram "qualquer tipo de privilégio". Bertin não respondeu até a conclusão desta edição. A Caixa informou que colabora com as investigações.

14 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Substituta de Moro reduz fiança de petista em 80%

Quase um mês após ter sua prisão preventiva revogada, o ex-tesoureiro do PT está mais próximo de deixar a cadeia da Operação Lava Jato. A juíza federal Gabriela Hardt, substituta do juiz federal Sérgio Moro, em férias, reduziu em cinco vezes o valor da fiança do petista. Agora, em vez de pagar R\$ 1 milhão, Paulo Ferreira deverá desembolsar R\$ 200 mil para poder deixar a prisão.

O valor de R\$ 1 milhão havia sido estipulado por Moro em 16 de dezembro. Desde então, a defesa entrou com sucessivos pedidos de reconsideração para que a Justiça aliviasse o pagamento, alegando que Ferreira está “desempregado e com dívidas”.

“Diante do tempo decorrido desde a fixação da fiança sem que tenha havido pagamento, mas levando-se em consideração que não é o caso de dispensa de fiança, haja vista a existência de alguma expressividade econômica por parte de Paulo Adalberto, resolvo diminuir o valor arbitrado a título de fiança para R\$ 200 mil”, decretou Gabriela.

Interrogado por Moro, em dezembro, o ex-tesoureiro do PT afirmou que seu partido – e outras legendas políticas – trabalhavam com recursos não contabilizados em campanha. Ele disse que “negar informalidades nos processos eleitorais brasileiros de todos os partidos é negar o óbvio”. / FAUSTO MACEDO

SONIA RACY

Acordo geral

No frígido dos ovos, o embate em torno das contas do Rio de Janeiro, esta semana, acabou forçando uma modelagem base para renegociação das dívidas de todos Estados.

O fato, ao que se apurou, deixou Henrique Meirelles razoavelmente satisfeito, Pezão minimamente atendido, Temer aliviado e Cármen Lúcia com a percepção de que ajudou a construir a solução.

O acordo será anunciado semana que vem, após OK do STF.

COLUNA DO ESTADÃO

Cunha ameaça retomar discussão sobre delação

Preso desde outubro do ano passado, o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha começou a mandar recados na direção do governo federal. Segundo interlocutores do deputado cassado, ele avisou que vai esperar apenas até o fim do mês para constatar se foi ou não “abandonado” pelos antigos aliados. A grande preocupação dele é com os desdobramentos jurídicos em relação a seus familiares. Assim, segundo seus interlocutores, se essa situação não for resolvida e os parentes correrem risco de prisão, Cunha poderá discutir a delação premiada.

14 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Correios derrubam liminar da Justiça

Decisão da 8ª Vara do Distrito Federal tinha afastado 6 vice-presidentes da empresa, sob alegação de descumprimento da Lei das Estatais

Murilo Rodrigues Alves

BRASÍLIA

Os Correios informaram ontem que conseguiram derrubar a liminar do juiz federal substituto Márcio de França Moreira, da 8.ª Vara do Distrito Federal, que afastou seis vice-presidentes da estatal dos respectivos cargos. O magistrado considerou que a empresa descumpriu as exigências da Lei das Estatais. Os nomes tinham sido aprovados em agosto do ano passado. Com a decisão, os vice-presidentes retomam imediatamente as suas funções rotineiras, informou a estatal.

A decisão do magistrado, proferida na última terça-feira, atendeu a pedido de urgência de uma ação civil pública da Associação dos Profissionais dos Correios (Adcap). O juiz concedeu a liminar por entender, segundo ele, que há risco de dano ao interesse público e ao patrimônio da empresa pelo descumprimento da norma.

A Adcap questionou na ação a aprovação dos novos executivos dos Correios pelo conselho de administração da estatal. Segundo a associação, o conselho deixou de verificar se os indicados atendiam às exigências da Lei das Estatais, sancionada pelo presidente Michel Temer em junho do ano passado. Para evitar o aparelhamento jurídico, a nova Lei exige, entre outros critérios, dez anos de atuação em cargos de empresas do setor ou quatro anos

em companhias similares como exigências de experiência profissional.

Mesmo com o monopólio da entrega de cartas pessoais e comerciais, cartões-postais e malotes, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) fechou no vermelho nos quatro últimos anos, sendo que em 2016 o prejuízo ficou em R\$ 2 bilhões, resultado semelhante ao de 2015.

Em crise, a empresa vai oferecer um PDV aos funcionários este ano. O plano já foi aprovado pelo Ministério do Planejamento no fim do ano passado.

15 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO STF tem recorde de ações de impeachment

Com crise política e tomada de decisões polêmicas, ministros viram alvo; em 2016 há disparada de processos, com 11 pedidos no Senado

Guilherme Duarte
Rodrigo Burgarelli



O número de pedidos de impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) atingiu em 2016 o recorde absoluto das últimas décadas. Até o início da crise política que levou à cassação da presidente Dilma Rousseff, esses pedidos eram raros: de 2000 a 2014, houve apenas cinco. Em 2015, dois pedidos foram protocolados no Senado. O número explodiu em 2016, quando houve 11 requerimentos para impedir oito ministros da Corte.

O movimento pode ser visto como uma reação à atuação cada vez mais política que o STF tem adotado nos últimos anos, quando tomou decisões polêmicas envolvendo autoridades de outros Poderes – e muitas vezes em caráter liminar.

De 2015 para cá, por exemplo, a Corte determinou o afastamento do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ), proibiu o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de assumir ministério no governo Dilma e chegou até a remover o atual presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), de seu cargo de maneira monocrática, decisão que depois foi revista pelo plenário.

“A crise política fez com que a Corte tomasse decisão em casos polêmicos, desagradando aos lados da disputa política. E a presença de grupos cada vez mais atuantes e a facilidade de protocolar pedidos de impeachment

● Ativismo

“O Supremo está muito ativista. Eles começaram a legislar e interferir nos outros Poderes.”

Salim Rogério Bittar

AUTOR DE PEDIDO DE IMPEACHMENT

levaram a esse aumento”, afirmou o cientista político Rodrigo Martins, pesquisador da Universidade de São Paulo (USP).

Entre os ministros que foram alvo das ações no ano passado, o líder é Luís Roberto Barroso, com três pedidos de impedimento. Dois deles têm como base o mesmo fato: a decisão do STF em anular a votação secreta determinada por Cunha para criar a comissão de análise do impeachment de Dilma, no fim de 2015. Barroso foi o relator desse caso no plenário e, segundo os autores dos pedidos, “mentiu por omissão” ao não ler por completo um artigo do Regimento Interno da Câmara que, supostamente, garantiria a constitucionalidade da votação.

“O Supremo está muito ativista. Eles começaram a legislar e interferir nos outros Poderes”, diz o autor de um dos pedidos, Salim Rogério Bittar, de 62 anos. Ele é administrador de empresas em Goiânia e diz que passou a se interessar por política recentemente, após ver o forte impacto da crise econômica no mercado local. “Hoje participo dos movimentos de rua que pediram o impeachment da Dilma. Aí comecei a ler tudo, a me informar. E eu e um grupo de colegas vimos que, nesse caso, o Barroso praticamente inventou o regimento”, disse.

Em seguida, três ministros estão empatados com dois pedidos cada – Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli. No caso de Gilmar, seus

dois processos são de autoria de juristas conhecidos – um deles é assinado pelo ex-procurador-geral da República Cláudio Lemos Fonteles e o outro pelo professor de Direito Administrativo da PUC-SP Celso Antônio Bandeira de Mello.

Acusações. Fonteles e seus coautores acusam Gilmar de se manifestar sobre processos na imprensa, de uso de linguagem indecorosa, de participar de julgamento em casos nos quais devia ter se declarado suspeito e de envolvimento em atividade político-partidária ao oferecer, por exemplo, café da manhã para o atual presidente Michel Temer e para sua base aliada no Congresso enquanto o afastamento definitivo de Dilma ainda não havia sido determinado.

Os outros dois alvos de pedido de impeachment no STF em 2016 foram Luiz Fux e Marco Aurélio. A acusação contra Fux foi formulada por um grupo de procuradores federais em maio do ano passado. Eles acusam o ministro de ter mantido privilégios para o Judiciário por meio de uma liminar que manteve o pagamento de auxílio-moradia de até R\$ 4 mil mensais para juízes de todo o País.

Dois dos procuradores que assinam a petição, Carlos Studart e Pablo Bezerra Luciano, embora reconheçam um crescente ativismo por parte do Supremo, discordam que a razão de sua petição tenha a ver com isso. Segundo eles, trata-se de uma reação ao corporativismo da Justiça. “Um ministro do STF não pode conceder uma liminar e passar mais de dois anos impedindo o plenário de apreciar sua decisão. Um ministro do STF não deve ter esse poder todo”, disse Studart.

CONTINUA

15 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Regras. O rito do processo de impeachment de ministro do STF e do procurador-geral da República é definido pela Lei do Impeachment, de 1950, a mesma que estabelece as regras para o impedimento do presidente da República. A diferença, porém, é que no caso dos ministros e do PGR, apenas o Senado decide sobre o cabimento ou não dos pedidos, que podem ser escritos por qualquer cidadão. Nunca ocorreu um impeachment de membro do Supremo.

Em períodos autoritários, porém, ministros foram removidos por ato de outros Poderes. Em 1965, foram aposentados compulsoriamente pela ditadura militar os ministros Victor Nunes Leal, Hermes Lima e Evandro Lins e Silva.

Dos 11 pedidos de impeachment protocolados neste ano, a maioria foi rejeitada por decisão da Mesa, sem que nem sequer uma comissão de análise fosse eleita. Apenas três ainda tramitam: um pedido contra Toffoli, um contra Lewandowski e um contra Barroso, Rosa Weber e Edson Fachin. A reportagem procurou todos os ministros para se pronunciar sobre seus casos, mas a assessoria do STF informou que, em razão do recesso do Judiciário, não foi possível fazer contato com nenhum deles.

Primeira queixa foi feita em 2001

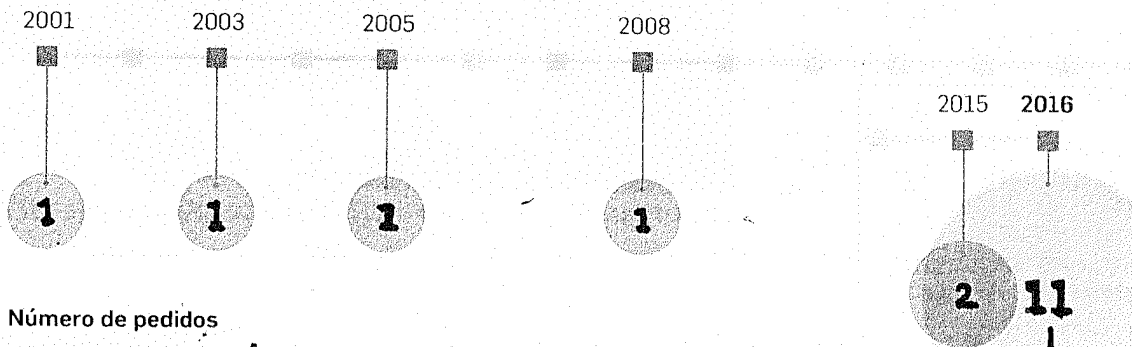
Após a Constituição de 1988, o primeiro pedido de impeachment de um ministro do STF foi contra Marco Aurélio, em 2001. Um policial aposentado o acusou de crime de responsabilidade por ter deferido um habeas corpus por meio de liminar que liberou um coronel preso por tráfico de drogas. A representação foi rejeitada.

CONTINUA

DATA VENIA O ESTADO DE S. PAULO

● Número de requisições para o afastamento de ministros do STF disparou após o início da crise política

Pedidos de impeachment



Número de pedidos



Roberto Barroso

Anulação da votação secreta que instaurou a 1ª comissão do impeachment de Dilma

*Em um dos pedidos, também foram representados os ministros Rosa Weber e Luiz Fachin



Gilmar Mendes

Manifestação sobre processos fora dos autos, uso de linguagem indecorosa, julgamento em casos em que devia se declarar suspeito



Ricardo Lewandowski

Acolhimento para votar em separado a inabilitação de função pública no processo de impeachment de Dilma Rousseff



Dias Toffoli

Seria devedor do Banco Mercantil do Brasil e julgou processos relativos à instituição financeira



Luiz Fux

Manteve pagamento de auxílio-moradia de até R\$ 4 mil mensais para juízes de todo o País por meio de liminar sem submeter o caso ao plenário



Marco Aurélio

Mandou a Câmara desarquivar o processo de impeachment contra o então vice-presidente Temer em abril do ano passado

Passo a passo do impeachment dos ministros do STF



● A denúncia de um ministro do STF por crime de responsabilidade pode ser feita por qualquer cidadão no Senado



● Mesa do Senado decide se arquivar o processo ou se cria uma comissão especial para analisar a denúncia. A maioria dos pedidos acaba aqui



● Se a comissão for criada, ela elabora um parecer que é votado no plenário. Se ele for rejeitado, processo é finalizado



● Mas, se aprovado, será dado prazo para que o acusado responda à denúncia em 10 dias



● Comissão dá um parecer final, que será votado por maioria simples no plenário. Se passar, o ministro é afastado

15 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

ELIANE CANTANHÊDE

STF julga e é julgado

No rastro da importância crescente do STF, Cármen Lúcia é destaque em 2017

Neste 2017 tão tumultuado desde o primeiro dia, um personagem se meteu em praticamente tudo o que acontecia e teve destaque na vida nacional: a ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal e, por consequência, do Conselho Nacional de Justiça. Mas esse destaque é da Cármen Lúcia? Ou é do presidente do STF, não importa se é Cármen, João, Maria ou José, nesses tempos quentes na política, na economia, em tudo?

Nos primeiros 15 dias do ano, ela foi a Manaus para se informar sobre os presídios, tomou um longo café com o presidente Michel Temer, se encontrou duas vezes com o ministro da Justiça, uma com o da Fazenda, outra com o das Comunicações, presidiu reunião de presidentes de tribunais de Justiça de todo o País, desbloqueou recursos federais para o Rio e manteve o bloqueio para Minas – seu Estado.

É uma rotina estonteante – que o digam seus auxiliares diretos –, e aí entram dois fatores. Um é a personalidade dessa mulher que foi interna em colégio de freiras, acordando de madrugada, estudando dia e noite, forjando uma rotina e uma personalidade espartanas, apesar do ótimo humor. Outro é que o STF vem assumindo um protagonismo proporcional ao tamanho da crise, ou das crises.

Nessas horas, os três Poderes emergem com muito mais força e criam mecanismos de compensação. Quanto mais o Legislativo e o Executivo se fragilizam, mais o Judiciário interfere, para o bem e para o mal. Destituiu o presidente da Câmara, tenta derrubar o do Senado, assume um papel legisferante, vira mediador nas disputas da União com os Estados.

Dois ministros marcaram época, continuam inspirando os discursos dos atuais 11 integrantes do STF e pairando sobre o plenário, os gabinetes e o chá da tarde: Paulo Brossard e Sepúlveda Perence, grandes juristas, oradores e líderes. Outros combinaram uma biografia contundente com o momento histórico, como Joaquim Barbosa, primeiro ministro negro e de origem pobre, que, como Ayres Britto, teve coragem pessoal

no julgamento do mensalão, que envolveu o partido do presidente da República e aquela gente que jamais supusemos entre as grades. Tudo potencializado ao vivo pela TV Justiça, criada em 2002.

Houve também quem cansasse da toga antes da hora, como Francisco Rezek, a primeira mulher ministra, Ellen Gracie, e o polivalente Nelson Jobim, que brilhou no Judiciário, no Legislativo e no Executivo: presidente do STF, Constituinte de 1988, ministro da Justiça de Fernando Henrique e da Defesa de Lula. E que, aliás, continua no jogo.

Cármen Lúcia assumiu a presidência nesse rastro de importância crescente do STF, com decisões que envolvem outros Poderes, como agora, quando a União bloqueou dois repasses para o Rio, que atrasa até salários de servidores. Ela desbloqueou, atraiu a visita de Meirelles e virou madrinha de um acordo entre União e Estado que deve servir de modelo para os demais. Mas no momento também pululam egos, ideologias e disputas entre os próprios ministros, com a audácia de alguns, como Gilmar Mendes, que preside o TSE, vai julgar a chapa Dilma-Temer e se mete no avião presidencial com Temer até Lisboa. E ele não é o único audacioso.

Todo mundo esqueceu rápido o faticamento da Constituição no Senado que, sob a presidência do ministro Ricardo Lewandowski, aprovou o impeachment de Dilma, mas manteve seus direitos políticos. Assim como esquecemos do contorcionismo jurídico da Corte, depois que o ministro Marco Aurélio, com uma canetada, determinou o afastamento do presidente do Senado. Cármen Lúcia engavetou o primeiro e deve ter sofrido muito para desfazer o segundo. Mas isso tudo não é nada, porque o pior nem começou: o julgamento dos políticos da Lava Jato. Vai ser um salve-se quem puder.

15 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Temer recorre a Gilmar para se aproximar de Cármen Lúcia

Presidente busca elo entre Executivo e Judiciário e, segundo interlocutores, considera ministra 'indecifrável'

Isadora Peron
Beatriz Bulla / BRASÍLIA

Diante da tentativa da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, de obter protagonismo em temas de relevância nacional, o presidente Michel Temer tem aproveitado a interlocução com o ministro da Corte e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, para buscar se aproximar dela.

Segundo interlocutores de Temer, o peemedebista considera a presidente do Supremo "indecifrável" e recorre a Gilmar na tentativa de um elo entre Executivo e Judiciário. Desde que assumiu a presidência do STF, Cármen ajudou a costurar uma solução para o impasse após o afastamento de Renan Calheiros (PMDB) da presidência do Senado e busca assumir destaque na mediação das crises do sistema carcerário e das finanças estaduais.

Neste último ponto, a ministra irritou o Planalto. Em meio a uma negociação entre o Estado do Rio de Janeiro e a União, Cármen concedeu duas liminares favoráveis ao governo fluminense que evitaram bloqueios de contas. O Rio ficou com uma carta na manga nas tratativas com o governo federal. Até aliados de Cármen dentro do Tribunal consideraram a decisão equivocada, e os despachos desagradaram a Temer e à equipe econômica, que buscaram a presidente do Supremo para explicar a situação. A avaliação do Planalto é de que a decisão poderia gerar um efeito cascata.

Cármen e Temer marcaram uma reunião, que ocorreu no sábado, dia 7, na residência da ministra. Em sinal de deferência,

Temer se deslocou do Palácio do Jaburu até o Lago Sul. Depois do encontro, ela suspendeu a tramitação das ações sobre o Rio e deve homologar o acordo, que voltou a ser feito, entre União e Estado.

A boa relação entre Cármen e Temer, porém, é a versão oficialmente propagada por assessores do Planalto e do Supremo. Internamente, Cármen é criticada por tomar a dianteira de problemas sem entregar soluções concretas. Um ministro do STF ouvido pelo Estado considera, por exemplo, que ela já poderia ter apresentado uma medida efetiva para o sistema carcerário – e não apenas ter feito visitas a penitenciárias.

Servidores que já trabalham com a ministra avaliam que ela centraliza a resolução dos problemas. Por isso teria demorado quatro meses para nomear uma juíza para a diretoria do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, considerada uma de suas prioridades.

Reservadamente, um ministro enxerga na gestão de Cármen Lúcia atitudes semelhantes às da presidente cassada Dilma Rousseff, uma vez que costuma protelar suas ações e soluções.

Proximidade. Considerado no Planalto como o interlocutor do governo no Judiciário, Gilmar tem mantido uma relação cada vez mais próxima a Temer. Segundo auxiliares palacianos, os dois costumam conversar praticamente todas as semanas. Proximidade foi explicitada na semana passada, quando o ministro pegou carona na comitiva presidencial para voltar a Portugal, onde passava férias com a família.

A viagem, porém, gerou críticas à conduta de Gilmar, que vai presidir, no TSE, o julgamento da ação que pode cassar o mandato de Temer e tornar Dilma inelegível. Como presidente da corte eleitoral, caberá a ele decidir quando levar o caso a julgamento no plenário. O ministro

rebateu as acusações e disse ter relações institucionais.

Conhecido por falar fora dos autos, o ministro já externou publicamente uma série de opiniões sobre o caso. Foi ele quem começou a defender, por exemplo, que seria possível separar as contas de Temer e Dilma.

SÔNIA RACY

Prisões ilegais

Enquanto Cármen Lúcia e tribunais de justiça anunciam mutirão para "limpar" os processos malparados nas prisões pelo País, os defensores públicos também se organizam para levantamento semelhante, mas com ênfase nos presos.

Nesse sentido, planejam transformar em permanente a força-tarefa de defensores convocada para atuar no Amazonas e em Roraima.

Prisões 2

Qual a missão desses defensores? "Assistir os que têm pena vencida, os presos ainda sem sentença, checar se os benefícios sociais estão em dia, avaliar a situação da saúde. Problemas que afetam 40% ou mais dos 622 mil presos do País", adianta **Maíra Diniz**, da Defensoria Pública de SP.

Que, por sinal, está de partida para aquela área, para ajudar na assistência aos detidos.

16 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Walter Maierovitch

'Estado tem que mandar na cadeia e atacar a base econômica das máfias'

Para o especialista em crime organizado, governo está sem foco, sem estratégia e parece não entender como PCC, CV e outros se ligam à complexa rede da criminalidade mundial

Pouca gente, no Brasil, conhece as máfias do crime organizado e seus truques como **Walter Fanganiello Maierovitch**. Professor de Direito Penal na USP, ex-secretário nacional Anti-Drogas (no governo FHC) e desembargador aposentado no TJ paulista, o jurista vem acompanhando a guerra aberta entre grupos como PCC e Comando Vermelho – a última batalha, sábado e ontem em Natal, deixou 27 mortos – com o olhar maduro de quem viu “por dentro” a luta dos juizes italianos para desmontar a máfia siciliana e modernizar as leis anticorrupção do país.

As rebeliões, ele afirma, são parte de uma guerra por controle de áreas para traficar droga e, eventualmente, armas – o estado dos presídios é desafio de outro tipo. E fica desconfiado quando alguém sugere um plano nacional de segurança, um ministério ou “controlar as fronteiras do País”. Neste caso, avisa, basta a inteligência detectar os pontos de

contato das quadrilhas e impedi-las de usá-los. Também se espanta quando alguém sugere pressionar a Bolívia para que controle seus cocaleiros. “O que a Bolívia tem é a folha de coca. Para produzir o cloridrato de cocaína é indispensável obter os insumos químicos. E só o Brasil os produz, no continente.”

Aos 68 anos, no comando do Instituto Giovanni Falcone – que estuda o crime organizado –, ele não vê com otimismo o modo como o governo Temer aborda o caos nas penitenciárias. “Temos um sistema falido”, afirma nesta entrevista a **Gabriel Manzano**. “O Estado precisa retomar o controle das prisões. Entender que há uma emergência, impor medidas duras. E principalmente atacar a economia movimentada pelas quadrilhas.” A seguir, os principais trechos da conversa.

● **O que está certo e o que está errado, a seu ver, no modo como o governo trata a guerra entre facções nos presídios?**
Ele tem-se mostrado despre-

parado. Falta informação, falta estratégia. A criminalidade é hoje transnacional, está em outro patamar, e parece que isso não é levado em conta. A questão penitenciária não pode ser tratada isoladamente, têm de se considerar a política criminal e as lições de outros países. Tem e tratar o caso como uma emergência. A coisa me parece fora de foco.

● **E qual é o foco certo?**

O número um, a meu ver, é criar formas de se reduzir o alto percentual de reincidência do sistema. Está na casa dos 80%. Quer dizer, de cada dez presos do País, oito voltam à cela. É como se o Estado estivesse jogando ioiô. Essa enorme população carcerária inviabiliza planos de recuperação.

CONTINUA

● E por que isso acontece?

Muitos presos não voltariam se a pena cumprisse a finalidade de emendar, ressocializar. Mas isso está longe de acontecer. E por quê? Porque nas prisões não existe o controle do Estado. Quem controla são os líderes dos presos. E pior, em muitos casos os governantes estão privatizando essa função de recuperar, o que é inconstitucional. Não se pode terceirizar a missão social de ressocialização dos detentos. Isso é que faz do atual sistema um sistema ineficaz e falido. E o problema acaba se agravando fora da cadeia.

● De que forma?

Como não há ressocialização, em muitos casos o preso sai, ninguém quer lhe dar um emprego, ele acaba arrumando um bico aqui ou ali com ajuda dos conhecidos da cadeia. Aí se aproxima e se torna mais um peão do esquema. Se antes não estava integrado no crime, agora com certeza está.

● No caso das recentes rebeliões, concretamente, o que o presidente Temer fez de errado?

À parte ter “amarelado”, ao demorar três dias para falar – um silêncio obsequioso ao crime organizado – ele viu o episódio com lentes de político. Tem de voltar a usar as suas lentes de constitucionalista.

● O que isso quer dizer?

Não cometer o erro de achar que a questão é dos Estados. Não é. Se olhar o artigo 34, inciso III da Constituição, verá que é responsabilidade da União “pôr termo a grave comprometimento da ordem pública”. Se olhar o artigo 21, inciso III, perceberá que é missão da União, também, “assegurar a defesa nacional”. Ele tinha de chamar a si, desde o início, o comando e a responsabilidade pelo caso e ver que se tratava de uma emergência. Porque, no topo de rebeliões como as que acabamos de ver, está-se lidando com grupos que têm

controle de território, controle social e controle nas prisões. Eles mantêm uma estrutura sofisticada, com contatos até fora do País. Não dá pra ficar distribuindo recursos, raios-X, carros de polícia, força nacional...

● Essas providências estão erradas? Por quê?

Acontece que na maior parte dos casos tal esforço é inútil. O inimigo não é burro. Já é sabido que, depois das batalhas, as organizações mafiosas costumam submergir. Os italianos conhecem isso bem. Havia revolta na Sicília, o governo em Roma deslocava forças para controlar tudo na ilha e os quadrilheiros iam descansar uns meses no continente. Depois a polícia voltava pra Roma e os bandidos voltavam a Palermo.

● O governo não pode ficar esperando. O que teria de fazer?

Tem que ter comando e prioridades claras. Estamos numa emergência e precisamos de medidas duras, para corrigir e depois voltar ao normal. A tarefa é entender como atua o inimigo. Saber que as quadrilhas não só controlam seus territórios como neles impõem sua própria lei. A disciplina interna, que é missão e dever indelegável do Estado, foi para o espaço nos presídios. Lembro que naqueles ataques do PCC em São Paulo o Estado acabou fazendo um acordo do tipo “você podem mandar aí dentro da cadeia. Só não podem fugir”. E assim os líderes ampliaram sua ação. O Estado não conseguiu desplugar nenhum deles das suas atividades rotineiras.

● Se não os desplugaram, eles continuaram na ativa, só mudaram de endereço... Por que é tão difícil, por exemplo, impedir que usem celulares na cadeia?

Por causa da corrupção. Coisa que a Itália resolveu – por exemplo – fiscalizando de perto a vida financeira dos diretores de presídios e seus auxiliares.

Quanto à desplugar ou não, é preciso entender que para o preso, em especial o líder, é crucial continuar a se comunicar com sua turma. Ele se vê como presidente de seu “Estado paralelo”, onde decide tudo com mão de ferro. Ora, quando um sujeito assim é detido, precisa ficar claro que ele não manda mais nada em coisa nenhuma, nem no seu Estado delinquential. A punição só se concretiza quando esse chefe de quadrilha sente que sua profissão acabou. Que daí por diante o Estado é quem decide tudo na vida dele.

● Mas não é o que acontece.

Não é mesmo. O que vemos é que um sujeito é preso e já no dia seguinte tem uma lista de cinco “visitas íntimas” acertadas com a direção do presídio. O problema não é a visita íntima, é entender que essa gente constitui sua equipe de bombas correios, que distribui suas ordens à rede. Deixar o líder continuar liderando da cela é uma grave derrota da qual o Estado não se esforça para se recuperar. Retomar o comando dos presídios é essencial, inadiável.

● Falou-se em criar um ministério para a segurança nacional, ou recriar o do Interior.

Quanto custaria isso? O Ministério da Justiça, que anda esvaziado, tem uma Secretaria Nacional de Segurança Pública que pode cuidar do assunto, sem mais cargos, despesas e altos salários. E temos um conselho penitenciário. Tínhamos é que preservar as coisas boas. No Carandiru havia um serviço competente de biotipologia, que conhecia cada preso, avaliava as penas e sua eventual redução. Foi tudo jogado pela janela com o fim do presídio.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

16 JAN 2017

● **Ao que se sabe, cerca de 42% dos 622 mil presos do País estão na cadeia indevidamente – com pena já vencida ou ainda sem sentença. Praticamente 300 mil pessoas. Se o Judiciário fosse mais ágil, a população carcerária seria quase metade e o cenário seria bem outro, não?**

De fato, e aí se constata que a execução penal no País está juridicalizada. Na União Europeia, processos têm prazo de duração e quando passam do limite as pessoas são indenizadas. De tantas instâncias e tantos recursos, criou-se aqui essa condição de preso provisório. E surgiu também a execução provisória.

Mas no geral a nossa lei de execução penal é moderna, a ponto de não termos como viabilizá-la. É um sistema que começa no fechado, vai pro semiaberto, daí pro aberto. Só que um preso, por exemplo, com oito anos de pena, com um sexto já pede o semiaberto, em seguida pede o aberto, que é prisão-albergue. Como não há prisão-albergue, ele mete um habeas corpus e consegue prisão domiciliar. Ele vai pra casa. E quem fiscaliza essa pessoa, se ela trabalha de fato, se cumpre os horários?

● **E qual o impacto disso tudo?**

É confusão. Veja o que aconteceu em Manaus. O pessoal do semiaberto, que fica preso bem ao lado do fechado, fez um buraco na parede e passou armas pro pessoal do outro lado. Não custa lembrar que no século 19 já tinha gente, nos EUA, estudando a arquitetura ideal das cadeias, separando prédios, pra maior segurança da sociedade. Aqui fazemos uma cela de semiaberto ao lado de outra em regime fechado. Um buraco liga os dois lados.

● **Com a atual guerra entre facções nas cadeias, diria então que o País não tem como conter o crime organizado?**

Diria que o governo, pelo que temos visto, não tem foco nem estratégia. É fundamental ele entender que o crime é transnacional. Uma quadrilha é uma grande empresa cuja meta é ganhar dinheiro e ampliar seu mercado, vendendo principalmente droga e armas. E para toda essa atividade essas máfias precisam de uma infraestrutura que inclui estradas, hotéis, campos de aviação, comunicações, contatos. Para acabar com essa rede, você tem de destruir a economia movimentada por ela. E o que o Brasil fez a respeito? Zero.

● **Fala-se na urgência de controlar as fronteiras. É uma iniciativa importante?**

A ênfase que se dá ao “controle das fronteiras” é uma enorme bobagem. As máfias não chegam pela selva pra entrar e ficar na selva. Elas buscam cidades, gente, pontos de contato, coisas não tão difíceis de detectar, como Tabatinga, onde está a tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia. Tem é que descobrir, com a inteligência, os pontos cruciais dessa movimentação e impedir seu uso.

● **Mas ajudaria se fosse organizada uma ação comum com os vizinhos para impedir a entrada de drogas e armas para PCC, CV e outros grupos?**

Um candidato à Presidência, tempos atrás, falou disso, que era preciso pressionar a Bolívia pra que ela controlasse a cocaína, evitando que esta chegasse ao Brasil. Não faz o menor sentido. A Bolívia entra nessa história só com a folha de coca, a matéria-prima. O que permite produzir o cloridrato de cocaína são insumos químicos. E adivinhe qual é o país que tem a maior indústria

química do continente e dispõe desses insumos? O Brasil. Nem Peru, nem Bolívia nem Colômbia os têm.

● **O Brasil poderia, então, conter esse comércio e atrapalhar a distribuição da droga?**

Quando eu estava no governo, fiz um estudo com o secretário de Justiça de São Paulo, Belizário dos Santos. Ele descobriu com a Associação Comercial de SP que havia milhares de locais de venda desses insumos químicos. E nos seus endereços, não havia nada. Era tudo ficção, empresas laranjas, comprando insumos de grandes indústrias para usar ou revender. Sabia-se que uma das conexões era Trinidad Tobago, de onde ia tudo para a Colômbia. Enfim, é uma grande rede e as pré-máfias locais estão plugadas nel-

O PRESO SAI SEM
APOIO. O GRUPO O
AJUDA ELE SE
JUNTA AO BANDO

DEIXAR O PRESO
MANDAR NA CELA
E UMA DERROTA
INACREDITÁVEL

16 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO 28 presos fogem no PR e outros 10 em MG

Os Estados do Paraná e de Minas Gerais registraram fugas em presídios ontem. Na Penitenciária Estadual de Piraquara, região metropolitana de Curitiba, 28 presos fugiram depois que o muro do centro de detenção foi explodido pelo lado de fora. Dois detentos morreram na troca de tiros com a polícia.

Ainda em Curitiba, quatro homens foram presos por darem cobertura aos fugitivos. Eles fizeram uma família refém, mas acabaram se entregando.

Para o secretário da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná, Wagner Mesquita, a ação foi "orquestrada". Segundo informações do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná (Depen), um grupo de presos iniciou uma briga para atrair a atenção dos policiais, ao mesmo tempo em que os muros eram explodidos do lado oposto do presídio.

Segundo o diretor-geral do Departamento de Execução Penal do Paraná (Depen-PR), Luiz Alberto Cartaxo Moura, havia informações da Inteligência sobre a possibilidade de fuga. "Toda a vigilância foi feita, mas houve a manobra dispersiva, que fez com que nossa equipe se deslocasse a outro ponto", justificou. Segundo o secretário de Segurança Pública, as forças de segurança do Estado estão agora "empenhadas para recapturar os detentos que conseguiram fugir.

Minas Gerais. Em Minas Gerais, dez detentos fugiram na madrugada de ontem do Presídio Regional de Ibirité, na Grande Belo Horizonte, cerrando a grade das celas.

A Secretaria de Estado de Administração Prisional (Seap) negou a ocorrência de rebelião. Segundo informações da Polícia Militar, um agente penitenciário acionou a corporação anunciando o desaparecimento dos detentos às 8h26.

Em nota, a Seap afirmou que a fuga ocorreu por volta das 3 horas. Até as 21 horas de ontem, ninguém havia sido recapturado. A secretaria disse ainda que "a direção da unidade prisional vai apurar, em procedimento próprio, se houve ilícito administrativo no caso". / **JULIO CESAR**

LIMA e LEONARDO AUGUSTO,
ESPECIAIS PARA O ESTADO

16 JAN 2017

BEMPARANÁ

Facção criminosa orquestra fuga de 28 presos no Paraná

Ação no Complexo Penal de Piraquara foi contida pela resposta

rápida das equipes de Segurança do Estado

Ana Ehler

Uma rebelião no Complexo Penitenciário de Piraquara, na madrugada de ontem, resultou em 28 foragidos. Na fuga, dois morreram durante a troca de tiros com a equipe da Polícia Militar e do Setor de Operações Especiais (SOE), do Departamento Penitenciário (Depen). Outros quatro homens, que tentaram formar a equipe de apoio à fuga do Complexo Penal de Piraquara, em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), foram presos. "A resposta rápida do SOE evitou uma fuga em massa", disse secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná, Wagner Mesquita. A estimativa é de que entre 300 e 350 presos poderiam ter fugido do Complexo.

O local é onde ficam encarcerados os presos mais perigosos do Estado, sendo a maioria integrante de facções criminosas presentes nos presídios brasileiros. Por conta disso, o secretário não descarta que a ação tenha sido orquestrada por membros faccionados. "Trata-se de uma ação orquestrada há muitos dias, preparada. A Polícia Civil vai investigar os envolvidos neste plano de fuga e as forças de segurança do Estado estão agora empenhadas para recapturar os detentos que con-

seguiram fugir", avaliou o secretário da Segurança Pública.

O tumulto de presos, segundo as informações da Secretaria, começou por volta das 3 horas da madrugada de ontem, quando presos da Casa de Custódia de Piraquara (CCP) iniciaram um tumulto para chamar a atenção dos agentes penitenciários. A Polícia Militar e o SOE foram acionados para atender a ocorrência — assim como o Centro de Operações Policiais Especiais (Cope), unidade de elite da Polícia Civil.

Perto das 5h30, foram ouvidos dois fortes estrondos na Penitenciária Estadual de Piraquara 1 (PEP1). No local, havia um buraco na muralha, por onde os presos tentavam fugir. Do lado externo da penitenciária, um grupo de 15 homens fortemente armados dava cobertura. Eles entraram em confronto com os policiais que estavam nas guaritas e com as equipes que se deslocavam para prestar apoio. A fuga de mais presos foi evitada após as forças de segurança conseguirem acessar o perímetro interno da PEP1.

Durante a varredura, foram encontrados dois mortos na área externa do presídio. Com eles, havia uma metralhadora Uzi 9 mm, uma bolsa com 300 cartuchos calibre 5,56 e um colete balístico, uma barraca, com alimentos e bebidas, usadas com suporte à fuga.